

EDITAL DE LICITAÇÃO CIM-AMAVI Nº 04/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. PREÂMBULO:

1.1. O **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI (CIM-AMAVI)**, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública e de natureza autárquica Interfederativa, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob nº 14.695.898/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato simplesmente denominada “CIM-AMAVI”, representada pelo seu Presidente Sr. Jonas Pudewell, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de José Boiteux, portador do CPF nº 753.649.649-49, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, 115, Centro, José Boiteux, torna público e faz saber que, conforme Convênio assinado com o Governo Do Estado de Santa Catarina, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – internet, torna público para conhecimento dos interessados que, com fulcro na Lei 10.520/2002, na Lei nº 8.666/1993 e no Contrato para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações firmado entre o CIM-AMAVI e o PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e demais normas aplicáveis, fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, visando a **FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSERVAÇÃO ROTINEIRA DE RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS DA REGIÃO IV, CONFORME CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL**

, em conformidade com o Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, Decreto Estadual nº 759, de 21 de dezembro de 2011, Projeto Recuperar instituído pelo Decreto Estadual nº 195 de 1º de agosto de 2019 e especificações constantes do Termo de Referência que compõe o ANEXO I deste Edital.

1.2. Esta licitação será do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**.

1.3. O Edital, em sua íntegra, poderá ser examinado e retirado, na sede do Consórcio, junto à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) sito à Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, Município de Rio do Sul/SC, ou pelos endereços eletrônicos www.amavi.org.br/cim e através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2. DO ACOLHIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

2.1. DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8 horas do dia 09 de março de 2020.

2.2. DA ABERTURA E DIVULGAÇÃO DE PROPOSTAS: às 9 horas do dia 09 de março de 2020.

2.3. INÍCIO DA SESSÃO/DISPUTA DE LANCES: após a análise das propostas.

2.4. Os interessados em participar da presente licitação deverão observar as datas e os horários limites previstos para acolhimento e abertura das propostas, atentando, também, para a data e horário do início da disputa, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.5. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico, podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas para acolhimento.

2.6. A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.

2.7. Todas as referências de tempo neste Edital e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DO OBJETO:

3.1. FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSERVAÇÃO ROTINEIRA DE RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS DA REGIÃO IV, CONFORME CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL

3.2. Os serviços a serem prestados e materiais a serem fornecidos, suas respectivas especificações técnicas e obrigações, bem como as exigências a serem cumpridas pelas empresas vencedoras estão definidos no Termo de Referência (Anexo I).

3.3. A execução do objeto deste edital deverá ocorrer mediante emissão de Autorizações de Fornecimento emitidas pelo CIM AMAVI.

3.4. As empresas fornecedoras terão o prazo máximo de 3 (três) dias corridos, contados do recebimento das Autorizações de Fornecimento, para proceder a execução do serviço solicitado nos Municípios Consorciados ao CIM-AMAVI indicados no Anexo I, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, etc., sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

4. DO LOTE

4.1 O objeto da licitação compreende a execução de serviços na Região IV, conforme Mapa de Regionalização e Municípios por Região, identificadas no Termo de Referência constante do Anexo I, parte integrante deste Edital, denominado:

LOTE 01: CONSERVAÇÃO ROTINEIRA – REGIÃO IV

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar deste certame os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

5.2. Não poderão participar deste Pregão:

5.2.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o CIM-AMAVI, durante o prazo da sanção aplicada;

5.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

5.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

5.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

5.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

5.2.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

5.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.2.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

5.2.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO:

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.

6.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou por iniciativa do CIM-AMAVI, devidamente justificada.

6.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CIM-AMAVI responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entregar o material nos locais e prazos definidos.

8. DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá encaminhar proposta do Lote, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor do LOTE proposto, respeitando, o valor estipulado no Termo de Referência (Anexo I).

8.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

8.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

8.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante

às sanções previstas neste Edital.

8.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

8.7. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

8.8. Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

8.9. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

8.10. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8.11. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

8.12. Os preços propostos deverão consignar as isenções e benefícios decorrentes das normas aplicáveis e devem ser previstas as desonerações decorrentes dos Convênios no âmbito do CONFAZ, em especial o Convênio CONFAZ ICMS 87/02 e alterações, devendo o contribuinte demonstrar a dedução, expressamente, nas propostas deste certame e nos documentos fiscais.

8.13. Para composição do preço unitário e total do lote, os participantes deverão considerar até 02 (dois) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

10.3. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.

11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado os participantes serão informados, em tempo real, de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, mantendo-se em sigilo a

identificação do ofertante.

11.2. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor inferior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

11.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

11.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (Chat) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

11.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo “extra” ocorrerá em intervalo aleatório determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances (fechamento randômico).

11.7. Devido à imprevisão de tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

11.8. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente ao transcurso do prazo de fechamento aleatório, findo o qual, será encerrada a recepção de lances.

11.9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

12. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

12.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o respectivo item objeto deste Pregão;

12.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

12.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

12.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

12.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

13. DA NEGOCIAÇÃO

- 13.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 14.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações do objeto.
- 14.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CIM-AMAVI ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 14.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 14.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 14.5. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao previsto no Edital e Termo de Referência (ANEXO I)
- 14.6. Considerar-se-á inexecutável a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

15. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ESCRITA:

- 15.1. A licitante vencedora deverá enviar ao CIM-AMAVI a proposta de preços escrita, com os valores oferecidos após a etapa de lances, com nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail, dados bancários, ser data, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante legal da empresa citado nos documentos de habilitação, apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II.
- 15.2. A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias.
- 15.3. O preço vencedor de cada lote será registrado para fornecimento pelo **prazo de 12 (doze) meses** a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem reajuste.
- 15.4. Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, encargos sociais, transporte, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação;
- 15.5. Discriminação, em moeda corrente nacional, do preço do lote, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- 15.6. Valor unitário e valor total com a quantidade estimada para cada lote e o valor total global;
- 15.7. O valor unitário do item e o valor do lote não deve ultrapassar os valores máximos estipulados no Termo de Referência (anexo I).

16. DA HABILITAÇÃO:

- 16.1. No prazo de **até 07 (sete) dias corridos** após o encerramento da disputa de lances a(s) empresa(s)

licitantes vencedoras(s) deverá(ão) apresentar os documentos abaixo relacionados acompanhados da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso):

16.2 - QUANTO A HABILITAÇÃO JURÍDICA:

16.2.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual ou;

16.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor da Empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais ou;

16.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de constituição da diretoria em exercício.

16.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.3 - QUANTO A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.3.1 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica., observada a forma e procedimento do órgão emissor.

16.3.2. Balanço patrimonial do último exercício social (representado pelas contas de ativo e passivo) que comprove a boa situação financeira da empresa, acompanhadas dos termos de abertura e encerramento devidamente autenticados pela Junta Comercial do Estado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos documentos nesta licitação;

16.3.3. A boa situação financeira da empresa será aferida mediante a apuração do Índice de Liquidez Geral (ILG) e Grau de Solvência (GS), representado por:

$$ILG = (\text{ativo circulante} + \text{realizável a LP}) / (\text{passivo circulante} + \text{exigível a LP})$$

$$GS = (\text{ativo total}) / (\text{PC} + \text{ELP})$$

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

16.3.4. licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar as fórmulas devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

16.3.5. se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

16.3.6. os índices acima deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

16.4 - QUANTO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

16.4.1 - Prova da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.4.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.4.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

16.4.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

16.4.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;

16.4.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

16.4.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

16.4.8. As licitantes deverão apresentar Declaração de que cumprem o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”), em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993., na forma do Decreto Federal nº 4.358/02 (modelo anexo VII).

16.4.9 – Declaração de idoneidade (modelo Anexo VI)

16.5 - QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.5.1. A licitante deverá apresentar Alvará de Funcionamento emitido pelo Município sede do licitante com objeto específico da presente licitação.

16.5.2. Termo de visita ou Termo de declaração – afirmando ter ciência das condições do local de execução dos serviços;

a) Independentemente do Termo apresentado conforme acima, este deve ser assinado pela empresa juntamente com o profissional habilitado, indicando o número de seu registro junto ao CREA ou CAU;

b) A visita é indicada para o conhecimento de todas as implicações do objeto, tais como obstáculos que possam influenciar no bom cumprimento do projeto ou da execução. No entanto, não é obrigatória, caso a licitante opte por não visitar, ela deverá se declarar ciente e responsável por tais implicações, não podendo arguir futuramente o desconhecimento das condições existentes;

c) As eventuais dúvidas, não sanadas durante a visita, poderão ser encaminhadas ao Pregoeiro, por escrito, num prazo máximo de até 02 (dois) dias corridos anteriores ao prazo de entrega dos envelopes, sendo que as respostas aos questionamentos deverão ser encaminhadas até 24 (vinte e quatro) horas após recebimento do mesmo;

16.5.3. Prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) com jurisdição no Estado onde está sediada a empresa, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas;

16.5.4. Comprovante de aptidão (em nome da Licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), indicando que a proponente tenha executado obras/serviços de pavimentação asfáltica em características semelhantes às do objeto do Edital, de acordo com as especificações técnicas dos serviços contidos no Termo de Referência;

16.5.5. Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários, ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, responsável técnico, o qual será obrigatoriamente o profissional preposto, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA ou CAU, por execução de obras/serviços de pavimentação asfáltica em características semelhantes às do objeto do Edital, devendo juntar para tais comprovações os seguintes documentos:

a) cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o responsável indicado pertence ao quadro de funcionários da empresa, ou é prestador de serviços para a empresa;

b) Certidão de Acervo Técnico (CAT) Profissional emitido pelo CREA ou CAU deste mesmo profissional que comprove ter o mesmo se responsabilizado por obras/serviços com características semelhantes às do objeto deste Edital.

16.5.6. Comprovação de que a empresa interessada tomou conhecimento das especificações e normas pertinentes à execução dos serviços (conforme modelo constante do anexo III);

16.5.7. Declaração formal de disponibilidade, sob as penas da lei, dos equipamentos que atendam o mínimo exigido (conforme modelo do anexo VI). Os equipamentos poderão ser substituídos no decorrer dos serviços, desde que atendam as mesmas especificações ou as tenham superiores, com a devida aprovação por parte do CIM AMAVI. O CIM AMAVI poderá, também, pedir a substituição de equipamentos que não atendam as especificações mínimas exigidas, ou em mau estado de conservação e operação.

16.5.8. Declaração de Responsabilidade nos termos do modelo do anexo V.

16.6 – OBSERVAÇÕES

16.6.1 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, ou ainda, apresentados mediante cópia obtida na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

16.6.2 - Para os documentos de habilitação que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

16.6.3 - Ao pregoeiro e à equipe de apoio na licitação é facultado solicitar dos proponentes esclarecimentos com relação aos documentos apresentados.

16.6.4 - Para todos os comprovantes de regularidade fiscal com restrição, em caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, amparadas pela LC nº 123/06, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, sob pena de decadência do direito de contratação.

16.6.5 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do objeto e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

16.6.6 - A documentação deverá ser apresentada, preferencialmente, na sequência indicada no edital.

16.6.7 – Pede-se que seja apresentado o formulário de dados para preenchimento da ata de registro de preços (anexo VIII), para que possamos agilizar as informações. A não apresentação do mesmo, não implicará inabilitação.

17. DO JULGAMENTO

17.1. Os documentos da empresa vencedora deverão ser encaminhados no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados da data de encerramento da disputa do Pregão, juntamente com a proposta de preços, para o endereço do CIM-AMA VI.

17.2. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará na aplicação das sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente, podendo encaminhar contraproposta para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

17.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

17.4. Também nesta etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

17.5. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, sendo que a apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

17.6. Será verificado eventual descumprimento de vedações elencadas neste edital mediante consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php e no Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis (as consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário);

17.7. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

18.1. Até dois dias antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. O pregoeiro deverá decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

18.2. Ao final da sessão, o licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção através do sistema eletrônico, imediatamente, após a declaração da vencedora da disputa pelo Pregoeiro. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

18.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

18.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

18.5. Os recursos contra decisões do pregoeiro terão efeito suspensivo.

18.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. O licitante desclassificado, antes da fase de disputa, também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso, naquele momento.

18.8. Ao final da sessão, o licitante que desejar vistas ao processo deverá motivar imediatamente através do sistema eletrônico. O Pregoeiro agendará uma data e horário para tal diligência, de modo a não prejudicar o andamento da licitação e a etapa de análise de documentação.

18.9. As razões dos recursos deverão ser registradas via sistema eletrônico, em campo específico no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

19. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1- Da presente licitação decorrerão Atas de Registro de Preços a serem firmadas diretamente entre as empresas vencedoras deste certame e o Consórcio CIM AMAVI:

19.2. A execução será parcelada e deverá ocorrer conforme itens indicados em Ordem de Serviço a ser emitida individualmente, devendo a execução ocorrer nos municípios constantes do Termo de Referência (Anexo I).

19.4 A ordem de serviço a ser emitida pelo CIM AMAVI conterá: trechos e quantidades estimadas de cada serviço a ser realizado. Todas as ordens serão submetidas a aprovação da SIE-SC.

19.5 Após a aprovação da Ordem de Serviço pela SIE-SC, a mesma será encaminhada, por e-mail, à contratada.

19.3 Recebida a Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 03 (três) dias corridos.

19.6 O prazo para conclusão dos serviços será estabelecido na Ordem de Serviço, cujo prazo máximo de execução poderá ser estabelecido entre 24 (vinte e quatro) horas a 10 (dez) dias corridos, de acordo com o serviço a ser solicitado.

19.7 O CIM AMAVI poderá emitir tantas Ordens de Serviço quantas forem necessárias ao atendimento das suas demandas, não havendo periodicidade mínima ou máxima para emissão.

19.9 Se a reparação na execução do objeto não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções cabíveis.

19.10 Após a conclusão dos serviços constantes da Ordem de Serviço, a contratada deverá emitir Relatório de Entrega dos Serviços, contendo: fotos de antes, durante e depois da execução dos serviços, boletim de medição com as quantidades e valores dos serviços efetivamente executados. Este relatório deverá ser enviado primeiramente por cópia digital para o e-mail cim@amavi.org.br, cuja via original devidamente assinada pelo responsável deverá ser entregue posteriormente na sede do CIM-AMAVI, acompanhada da correspondente ART ou RRT. O relatório será submetido a aprovação do CIM-AMAVI e do SIE-SC.

19.11 Para aprovação do Relatório de Entrega dos Serviços, será realizada pelo CIM AMAVI e pela SIE SC, vistoria e medição “in loco” dos serviços executados.

19.10 A contratada deverá fazer um Relatório de Entrega dos Serviços para cada Ordem de Serviço recebida com execução autorizada.

19.8 Caso o serviço não seja executado conforme as especificações do Termo de Referência, o Consórcio solicitará a sua devida regularização, que deverá ser atendida no prazo máximo de 03 (três) dias corridos.

19.11 Após a aprovação do Relatório de Entrega será emitido pelo CIM-AMAVI o Termo de Recebimento Definitivo.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA, DO MUNICÍPIO E DO CIM-AMAVI:

20.1. Caberá ao CIM-AMAVI:

20.1.1. Emitir as ordens de serviço;

20.1.2 Fiscalizar a execução do objeto.

20.2. Caberá ao Município Consorciado:

20.2.1. Colaborar com a fiscalização.

20.3. Caberá à empresa vencedora:

20.3.1. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.3.2. Garantir o cumprimento das condições de execução do objeto previstas neste edital, bem como

as condições previstas no Termo de Referência (Anexo I) e normas aplicáveis;

20.3.3. Proceder à execução do objeto no prazo a ser estabelecido na Ordem de Serviço, cujo prazo máximo de execução poderá ser estabelecido entre 24 (vinte e quatro) horas a 10 (dez) dias corridos, de acordo com o serviço a ser autorizado.

20.3.4. Respeitar a legislação correspondente à execução do objeto;

20.3.5. São de total responsabilidade da fornecedora a obtenção de todas as licenças necessárias à execução dos serviços, o atendimento às Normas e Procedimentos Ambientais vigentes, e a concepção, a implantação, a operação e o remanejamento, de acordo com a evolução das frentes de serviço, de todo o sistema de sinalização provisória dos serviços, de forma a conferir segurança ao tráfego e ao pessoal em serviço, bem como minimizar os transtornos aos usuários.

20.3.6. A segurança dos usuários e dos trabalhadores durante a execução dos serviços é de total responsabilidade da fornecedora, devendo esta sinalizar a via antes do início da execução de qualquer um dos serviços, que também responderá por acidentes posteriores que venham a ocorrer na via em virtude de serviços com defeitos de execução ou em desconformidade com as especificações.

20.3.7. A aprovação dos serviços baseada no controle tecnológico executado por qualquer das partes e confirmada pela contratante, não exime a fornecedora da responsabilidade final pela qualidade, tanto dos materiais como da execução dos serviços.

20.3.8. Todos os danos ou prejuízos que porventura ocorram em propriedades lindeiras, durante a execução dos serviços são de responsabilidade exclusiva da fornecedora.

20.3.9. Durante todo o período de execução dos serviços e até o recebimento definitivo, os materiais e os serviços executados deverão ser protegidos contra a ação destrutiva das intempéries, do tráfego e de agentes que possam danificá-los, não cabendo qualquer remuneração adicional à fornecedora por estas tarefas.

20.3.10. A fornecedora deverá cercar-se de todas as precauções necessárias para que os materiais transportados não venham a causar danos aos usuários das vias afetadas pela obra, ou às próprias vias. Eventuais danos causados a terceiros são de inteira responsabilidade da fornecedora, a quem caberá todo e qualquer ônus.

20.3.11. A efetiva entrega dos serviços sempre se dará mediante apresentação de Relatório de Entrega do Serviço, contendo, fotos de antes, durante e depois da execução dos serviços, boletim de medição com as quantidades e valores dos serviços efetivamente executados. Este relatório será submetido à aprovação do CIM-AMAVI e do SIE-SC. Esta aprovação se dará após vistoria e medição *in loco* dos serviços.

20.3.12. Deverá ser respeitado o CTB no seu art. 88: “Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação”.

20.3.13. Sempre que considerar conveniente, a Fiscalização poderá solicitar ensaios para verificação e controle de qualidade dos materiais utilizados;

20.3.14. A execução de todos os serviços citados neste edital devem estar em conformidade com as legislações vigentes estaduais e federais, com os Manuais e Especificações de Serviço do DNIT e DEINFRA, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, mesmo que não estejam citadas neste edital, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

20.3.15. A fornecedora deverá ter pleno conhecimento dos serviços de engenharia a serem executados. Em qualquer circunstância, a fornecedora deverá assumir a responsabilidade técnica relativa a estes serviços.

20.3.16. A fornecedora tem responsabilidade técnica integral pelos serviços executados.

20.3.17. A fornecedora deverá executar apenas os serviços constantes na Ordem de Serviço emitida pelo CIM AMAVI. Caso seja necessário executar algum serviço que não conste na Ordem de Serviço a empresa deverá comunicar a fiscalização, para que seja emitida uma nova. Só serão aceitos serviços que constem na Ordem de Serviço.

20.3.18. Não é permitida a permanência de entulho nas adjacências do corpo estradal e em situações que prejudiquem a operação e o sistema de drenagem.

20.3.19. A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços e materiais é exclusividade da fornecedora, reservando-se o direito ao Contratante, de quando julgar necessário, fazer suas verificações. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos;

20.3.20. A fornecedora obriga-se a colocar à disposição os equipamentos e pessoal necessários para execução dos serviços, os quais poderão ser reforçados ou substituídos, conforme determinação da Fiscalização;

20.3.21. A fornecedora deve garantir, durante a execução dos serviços, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço, em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas com placas, respondendo por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao CIM-AMAVI ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo;

20.3.22. As obras deverão ser garantidas pela fornecedora pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, em atendimento ao art. 618 do Código Civil Brasileiro;

20.3.23. A fornecedora deverá realizar com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as normas e especificações, realizando verificação in loco e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, a submeter-se;

20.3.24. A fornecedora deverá supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;

20.3.25. Deverá comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou a conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização;

20.3.26. Providenciar junto ao CREA ou CAU a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) relativa aos serviços a serem executados objeto da presente Licitação, de acordo com a legislação vigente;

20.3.27. Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante;

20.3.28. Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPI's) necessários, observando e cumprindo as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho.

20.3.29. Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do Contrato, de acordo com o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 29, inciso V, do mesmo preceito legal;

20.3.30. A inadimplência da fornecedora, com referência aos encargos decorrentes do Contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem poderá onerar o objeto, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com o Contratante;

20.3.31. No caso de falhas, erros, discrepâncias, omissões ou transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à fornecedora formular imediata comunicação escrita ao Contratante,

buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;

20.3.32. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta Licitação, sem prévia autorização do Contratante;

20.3.33. Implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, o qual será submetido à vistoria da fiscalização do Contratante e onde serão lançados diariamente todos os atos e fatos incidentes;

20.3.34. Efetuar reunião, com a participação do Responsável Técnico da fornecedora e o Fiscal do contratante, onde deverão ser entregues os Diários de Obra e Boletins de Medição, os quais serão analisados para determinação de eventuais alterações, correções e regularizações dos serviços executados e/ou que serão executados;

20.3.35. Arcar com quaisquer ônus de natureza cível, criminal, fiscal, trabalhista, previdenciária ou social decorrentes da execução dos serviços objeto deste edital;

20.3.36. Responder pelos danos ambientais a que der causa;

20.3.37. Responder por danos causados a terceiros (usuários da malha viária) quando estes decorrerem de ausência de serviço ou de serviço prestado de forma inadequada e/ou incompleta ao previsto em Ordem de Serviço, a partir do recebimento desta;

20.3.38. Assumir inteira responsabilidade na prestação de serviços objeto do presente certame, em qualquer de suas esferas, nos termos disciplinados neste edital e ainda nas demais normas aplicáveis, mesmo que não citadas neste instrumento.

20.3.35. A fornecedora deverá alocar durante todo o período dos serviços ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica (ART) ou registro de responsabilidade técnica (RRT), devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que tenha executado obras/serviços de pavimentação asfáltica em características semelhantes às do objeto do Edital, de acordo com as especificações técnicas dos serviços contidos no Termo de Referência;

20.3.35.1. Em caso de substituição do profissional indicado no momento da habilitação técnica, a fornecedora deverá apresentar os documentos referentes ao novo profissional.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO:

21.1. Serão permitidas subcontratações dos seguintes itens:

- Todos os relacionados a drenagem;
- Recomposição de defesa metálica;
- Recomposição de guarda corpo;
- Frenagem descontinua a frio;
- Reparos em pontes de madeira;

21.1.1 A fornecedora não poderá subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante;

21.1.2 A fornecedora deverá supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;

22. DO PAGAMENTO:

22.1. O pagamento será efetuado pelo CIM AMAVI, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, que deverá ser enviada para o email cim@amavi.org.br e mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo do objeto, cujo pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados, diretamente ao fornecedor.

22.1.1. Será pago a empresa fornecedora somente o valor do serviço efetivamente executado de acordo com o objeto do Edital após aprovação/aceite pelo CIM-AMAVI e pela Secretaria de Estado de Infraestrutura Urbana e Mobilidade – SIE – SC.

22.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

23. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

23.1. A fiscalização será realizada por profissional indicado pelo CIM-AMAVI e pela SIE SC em colaboração com o município onde será realizado o serviço.

23.2. Após a entrega do Relatório de Entrega do Serviço, o fiscal do CIM-AMAVI e da SIE-SC realizará vistoria *in loco*, a fim de certificar a consonância do serviço prestado com o previsto neste instrumento e na Ordem de Serviço.

23.3. A qualquer momento a fiscalização poderá solicitar ensaios que comprovem a qualidade dos materiais, serviços e as especificações constantes no termo de referência (Anexo I).

24. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. A despesa decorrente desta licitação correrá a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Atividade	Cat. Econ	Natureza despesa	Mod. Aplic.	Fonte Recurso
1	2	4	122	2001	3	3	90	1023

25. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

25.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

25.1.1. serão registrados na Ata de Registro de Preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

25.1.2. será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

25.1.3. o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal do CIM-AMAVI e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços; e

25.1.4. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

25.2. O registro a que se refere o item 25.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos itens 25.1.2 e 25.1.3.

25.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 25.1.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

25.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.

25.5. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, que será enviada para assinatura por e-mail ou via postal, devendo o fornecedor providenciar o envio da mesma ao CIM-AMAVI, via postal, devidamente assinada, no prazo de 3 (três) dias a contar do recebimento, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual

período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo CIM-AMAVI.

25.6. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

25.7. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

25.7.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

25.8. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada mediante emissão de Ordem de Serviço.

25.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CIM-AMAVI promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.9.1. O CIM-AMAVI empreenderá, periodicamente, análise comparativa dos preços com os praticados no mercado a fim de comprovar sua vantajosidade.

25.10. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o CIM-AMAVI convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

25.10.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

25.10.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

25.10.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá proceder à revogação do respectivo registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, podendo inclusive realizar nova licitação.

25.11. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

25.11.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço, notas fiscais de aquisição (quando for o caso), de transporte, entre outros, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

25.11.2. Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, o CIM-AMAVI formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, antes, porém, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original da licitação, tendo por base a ata do certame, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa, desde que atendidas as exigências de habilitação.

25.11.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá proceder à revogação do respectivo registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, podendo inclusive realizar nova licitação.

25.12. O registro do fornecedor será cancelado quando:

25.12.1. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

25.12.2. não retirar a Ordem de Compra ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

25.12.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

25.12.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

25.12.5. tiver presentes razões de interesse público.

25.13. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

25.13.1. por razão de interesse público;

25.13.2. a pedido do fornecedor.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

26.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIM-AMAVI e Municípios Consorciados e será descredenciado de sistema de cadastramento de fornecedores que o CIM-AMAVI ou os Municípios Consorciados possuírem, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

26.2. Se a empresa fornecedora, sem justa causa, não cumprir com as obrigações estabelecidas neste instrumento ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades:

26.2.1. Advertência;

26.2.2. Multa de:

26.2.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega do material requerido, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, sendo que o atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo de entrega ajustado;

26.2.2.2. 10% (dez por cento) do valor da obrigação no caso de negativa de cumprimento das obrigações assumidas e/ou quando ocorrer entrega do material com especificação diversa daquela contratada;

26.2.3. Suspensão do direito de licitar junto ao CIM-AMAVI e aos Municípios Consorciados, pelo prazo a ser fixado segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

26.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de suspensão.

26.3. A aplicação das sanções administrativas previstas não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao Município ou CIM-AMAVI, ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, a terceiros, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o CIM-AMAVI revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, ou, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato

escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O CIM-AMAVI poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. Os fornecimentos a serem realizados em decorrência da licitação serão efetuados após emissão das Autorizações de Fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, reconhecendo desde já o licitante que as Autorizações de Fornecimento representam compromisso entre as partes, assim como a Ata de Registro de Preços.

27.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do registro e das Ordens de Compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.4. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.5. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação. Quando for o caso, estes poderão ser prestados via postal, no endereço do CIM-AMAVI, com aviso de recebimento, correio eletrônico (e-mail).

27.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As publicações legais do CIM-AMAVI ocorrerão no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, sendo todas as informações relativas ao presente procedimento publicadas no endereço eletrônico www.amavi.org.br/cim.

27.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro e observarão a legislação aplicável.

27.9. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e no fiel cumprimento das condições estabelecidas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

27.10. A detecção a qualquer tempo durante a utilização dos produtos adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) além das penalidades previstas neste Edital e normas aplicáveis.

27.11. Maiores esclarecimentos a respeito do presente Edital, inclusive quanto ao Termo de Referência, poderão ser obtidos por e-mail (cim@amavi.org.br), fone/fax (47-3531-4242), ou na sede do Consórcio nos dias úteis no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

27.14. Compõem o presente Edital, dele fazendo parte integrante, os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX.

28. DA EQUIPE DE TRABALHO

28.1. Os trabalhos serão conduzidos por colaboradores do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, designados Pregoeiro e Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.

28.2. De conformidade com a Resolução nº 02/2020, ficam designados os seguintes servidores para o acompanhamento do presente Edital, com respectivas funções:

28.2.1. **Pregoeiro(a) Titular** – Mariane Fernandes da Rosa

Equipe de apoio

Walcy Mees da Rosa
Jamile Rosa Amaral
Zulnei Luchtenberg (suplente)
Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli (suplente)

Rio do Sul (SC), 19 de fevereiro de 2020

Jonas Pudewell
Prefeito de José Boiteux
Presidente do CIM-AMAVI

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSERVAÇÃO ROTINEIRA DE RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS DA REGIÃO IV, CONFORME CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, previstas Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto Estadual nº 759, de 21 de dezembro de 2011, em conformidade com o Projeto Recuperar instituído pelo Decreto Estadual nº 195 de 1º de agosto de 2019, nos municípios consorciados e identificados neste Termo de Referência.

As regiões e os municípios que compreenderão os serviços a serem executados estão relacionados no Mapa de Regionalização e na tabela de Municípios por Região.

Mapa de Regionalização:

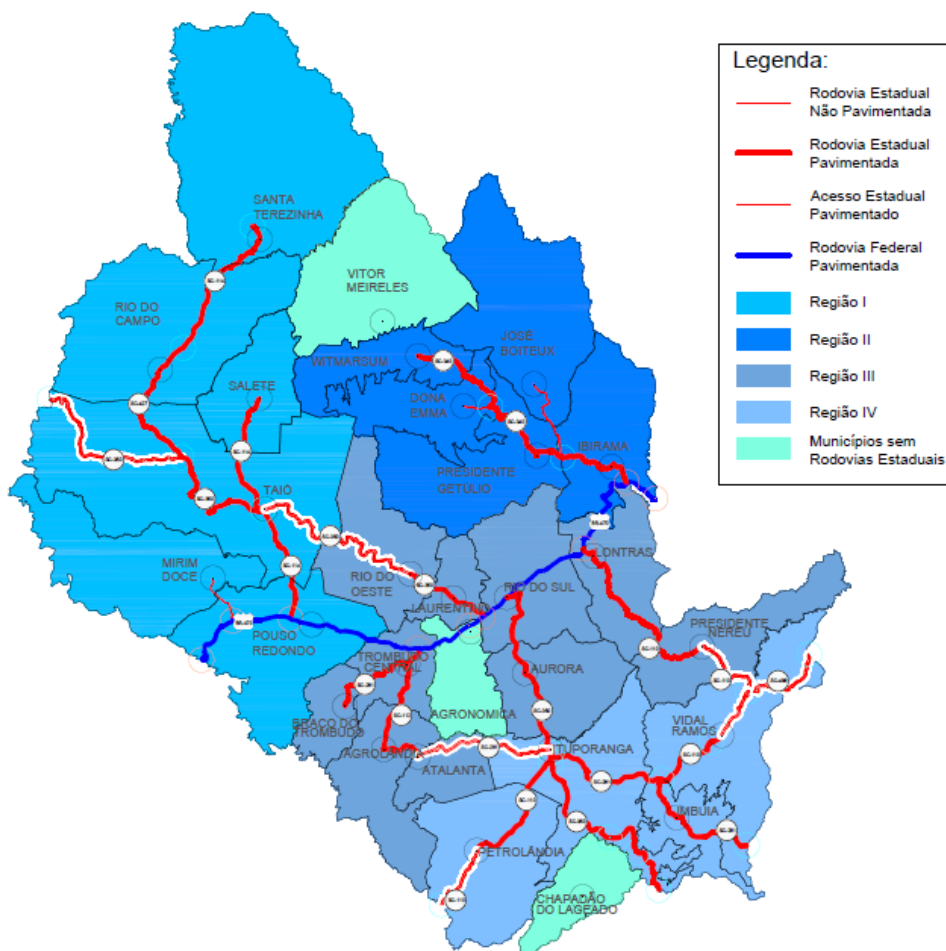


Tabela de Municípios por Região:

IV	Ituporanga	10,1	49,5
	Vidal Ramos	25,6	23,9
	Imbuia	0,0	15,8
	Petrolândia	10,8	13,3
	Total	46,5	102,5

2. OBJETO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSERVAÇÃO ROTINEIRA DE RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS DA REGIÃO IV, CONFORME CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.

O objeto será em lote:

LOTE 01: CONSERVAÇÃO ROTINEIRA – REGIÃO IV

3. INFORMAÇÕES TÉCNICAS

3.1. GERAL

A empresa fornecedora deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas neste termo.

Das Obrigações da empresa fornecedora:

Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Garantir o cumprimento das condições de execução do objeto previstas neste edital, bem como as condições previstas no Termo de Referência (Anexo I) e normas aplicáveis;

Proceder à execução do objeto no prazo a ser estabelecido na Ordem de Serviço, cujo prazo máximo de execução poderá ser estabelecido entre 24 (vinte e quatro) horas a 10 (dez) dias corridos, de acordo com o serviço a ser autorizado.

Respeitar a legislação correspondente à execução do objeto;

São de total responsabilidade da fornecedora a obtenção de todas as licenças necessárias à execução dos serviços, o atendimento às Normas e Procedimentos Ambientais vigentes, e a concepção, a implantação, a operação e o remanejamento, de acordo com a evolução das frentes de serviço, de todo o sistema de sinalização provisória dos serviços, de forma a conferir segurança ao tráfego e ao pessoal em serviço, bem como minimizar os transtornos aos usuários.

A segurança dos usuários e dos trabalhadores durante a execução dos serviços é de total responsabilidade da empresa fornecedora, devendo esta sinalizar a via antes do início da execução de qualquer um dos serviços, que também responderá por acidentes posteriores que venham a ocorrer na via em virtude de serviços com defeitos de execução ou em desconformidade com as especificações.

A aprovação dos serviços baseada no controle tecnológico executado por qualquer das partes e confirmada pela contratante, não exime a empresa fornecedora da responsabilidade final pela qualidade, tanto dos materiais como da execução dos serviços.

Todos os danos ou prejuízos que porventura ocorram em propriedades lindeiras, durante a execução

dos serviços são de responsabilidade exclusiva da empresa fornecedora.

Durante todo o período de execução dos serviços e até o recebimento definitivo, os materiais e os serviços executados deverão ser protegidos contra a ação destrutiva das intempéries, do tráfego e de agentes que possam danificá-los, não cabendo qualquer remuneração adicional à empresa fornecedora por estas tarefas.

A empresa fornecedora deverá cercar-se de todas as precauções necessárias para que os materiais transportados não venham a causar danos aos usuários das vias afetadas pela obra, ou às próprias vias. Eventuais danos causados a terceiros são de inteira responsabilidade da empresa fornecedora, a quem caberá todo e qualquer ônus.

A efetiva entrega dos serviços sempre se dará mediante apresentação de Relatório de Entrega do Serviço, contendo, fotos de antes, durante e depois da execução dos serviços, boletim de medição com as quantidades e valores dos serviços efetivamente executados. Este relatório será submetido à aprovação do CIM-AMAVI e do SIE-SC. Esta aprovação se dará após vistoria e medição *in loco* dos serviços.

Deverá ser respeitado o CTB no seu art. 88: “Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação”.

Sempre que considerar conveniente, a Fiscalização poderá solicitar ensaios para verificação e controle de qualidade dos materiais utilizados;

A execução de todos os serviços citados neste edital devem estar em conformidade com as legislações vigentes estaduais e federais, com os Manuais e Especificações de Serviço do DNIT e DEINFRA, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, mesmo que não estejam citadas neste edital, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

A empresa fornecedora deverá ter pleno conhecimento dos serviços de engenharia a serem executados. Em qualquer circunstância, a empresa fornecedora deverá assumir a responsabilidade técnica relativa a estes serviços.

A empresa fornecedora tem responsabilidade técnica integral pelos serviços executados.

A empresa fornecedora deverá executar apenas os serviços constantes na Ordem de Serviço emitida pelo CIM AMAVI. Caso seja necessário executar algum serviço que não conste na Ordem de Serviço a empresa deverá comunicar a fiscalização, para que seja emitida uma nova Ordem de Serviço. Só serão aceitos serviços que constem de Ordem de Serviço.

Não é permitida a permanência de entulho nas adjacências do corpo estradal e em situações que prejudiquem a operação e o sistema de drenagem.

A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços e materiais é exclusividade da empresa fornecedora, reservando-se o direito ao Contratante, de quando julgar necessário, fazer suas verificações. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos;

A empresa fornecedora obriga-se a colocar à disposição os equipamentos e pessoal necessários para execução dos serviços, os quais poderão ser reforçados ou substituídos, conforme determinação da Fiscalização;

A empresa fornecedora deve garantir, durante a execução dos serviços, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço, em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas com placas, respondendo por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao CIM AMAVI ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo;

As obras deverão ser garantidas pela empresa fornecedora pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, em atendimento ao art. 618 do Código Civil Brasileiro;

A empresa fornecedora deverá realizar com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as normas e especificações, realizando verificação in loco e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, a submeter-se; A empresa fornecedora deverá supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;

Deverá comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou a conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização;

Providenciar junto ao CREA ou CAU a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) relativa aos serviços a serem executados objeto da presente Licitação, de acordo com a legislação vigente;

Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante;

Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPI's) necessários, observando e cumprindo as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho.

Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do Contrato, de acordo com o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 29, inciso V, do mesmo preceito legal;

A inadimplência da empresa fornecedora, com referência aos encargos decorrentes do Contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem poderá onerar o objeto, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com o Contratante;

No caso de falhas, erros, discrepâncias, omissões ou transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à empresa fornecedora formular imediata comunicação escrita ao Contratante, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;

Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta Licitação, sem prévia autorização do Contratante;

Implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, o qual será submetido à vistoria da fiscalização do Contratante e onde serão lançados diariamente todos os atos e fatos incidentes;

Efetuar reunião, com a participação do Responsável Técnico da empresa fornecedora e o Fiscal do contratante, onde deverão ser entregues os Diários de Obra e Boletins de Medição, os quais serão analisados para determinação de eventuais alterações, correções e regularizações dos serviços executados e/ou que serão executados;

A empresa fornecedora deverá alocar durante todo o período dos serviços ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica (ART) ou registro de responsabilidade técnica (RRT), devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas similares às do objeto do Edital;

3.2 CONSERVAÇÃO ROTINEIRA:

3.2.1 DRENAGEM

3.2.1.1 Enrocamento de Pedra Arrumada

Definição:

O enrocamento é um dispositivo amortecedor formado por estrutura executada em pedra, destinado à proteção de taludes e canais, contra efeitos erosivos ou solapamentos, causados pelos fluxos d'água. Está incluso neste serviço, fornecimento de material com transporte até no local de execução e mão de obra.

Materiais:

A pedra arrumada utilizada nos enrocamentos deve ser dura, proveniente de rocha sã, com diâmetro e granulometria definidos pelo projeto, não se admite o uso de material em estado de decomposição ou proveniente de capa de pedreira.

Execução:

Após a locação da obra, a execução do enrocamento deve ser precedido de limpeza do terreno e escavação, onde a geometria projetada requerer a sua regularização.

A base e os taludes devem ser regularizados de maneira que se obtenha uma superfície suficientemente plana para a implantação do enrocamento.

As escavações devem obedecer às especificações técnicas vigentes de forma a se obter uma superfície com as características acima descritas.

Nas estruturas de pedra arrumada, as pedras devem ser colocadas manualmente, alternando-se os seus diâmetros, de modo que se obtenha o apoio das pedras maiores pelas menores, assegurando um conjunto estável, livre de grandes vazios ou engaiolamentos.

A arrumação das pedras deve ser executada de modo que as faces visíveis do enrocamento fiquem uniformes, sem depressões ou saliências maiores que a metade da maior dimensão.

Aceitação e Controle :

O controle deve ser feito inclusive nas pedreiras e jazidas de origem dos materiais, os quais devem ser previamente aprovados pela fiscalização.

O controle da execução dos enrocamentos é feito visualmente, envolvendo a verificação do assentamento, dimensões, condições de preenchimento e estabilidade.

Medição:

O serviço é medido em metros cúbicos (m³), de acordo com os volumes efetivamente executados de enrocamento.

3.2.1.2 Meio Fio de Concreto simples pré-fabricado (15x30x100cm)

Definição:

Meio fio de concreto pré-fabricado, com dimensões de 15x30x100cm.

Está incluso neste serviço, fornecimento de material com transporte até no local de execução e mão de obra.

Materiais:

Meio fio de concreto 25 Mpa pré-fabricado.

Execução:

Deverá ser escavada vala compatível com a dimensão do meio fio e os mesmos serem assentados sobre

uma camada de areia média no nível estabelecido em projeto, após deverão ser travados com reaterro de solo reaproveitado da escavação e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:3.

Aceitação e Controle :

Deverão apresentar as superfícies planas e com arestas retilíneas.

Medição:

O serviço é medido em metros (m), de acordo com os quantidade de meio fios efetivamente executados.

3.2.1.3 Escavação Mecânica de valas para obras de arte correntes em solo

Definição:

Os serviços consistem na execução de escavação de valas para implantação dos dispositivos de obras de arte.

Especificação:

Operações necessárias à execução das escavações para implantação dos dispositivos de drenagem.

Execução:

As valas devem ser abertas com as dimensões e nas posições necessárias, no sentido de jusante para montante, com declividade longitudinal mínima do fundo de 1%, exceto quando indicada em projeto. O material escavado pode, a critério da fiscalização, ser reservado, no todo ou em parte, para posterior aproveitamento. Quando não ocorrer a reserva, o material deve ser transportado para o depósito de material excedente. A fiscalização deve ser avisada com antecedência quando houver a necessidade de empregar explosivos para a execução da escavação.

Aceitação e Controle :

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que atendam às exigências de execução estabelecidas nesta especificação e discriminadas a seguir:

- a) na inspeção visual, as características de acabamento da obra forem considerados satisfatórios;
- b) as características geométricas previstas tenham sido obedecidas.

Medição:

O serviço é medido em metros cúbicos (m³) de escavação.

3.2.1.4 BSTC D = 60 cm sem enrocamento

Definição:

Execução de bueiro simples tubular com diâmetro de 60cm.

Está incluso neste item, mão de obra para assentamento e material com transporte até o local de execução.

Material:

Os tubos de concreto de seção circular para bueiros devem ser do tipo, classe e dimensões indicadas no projeto e devem atender exigências da NBR 8890. Os tubos devem satisfazer às seguintes condições gerais: possuir ponta e bolsa, eixo retilíneo perpendicular aos planos das duas extremidades, seção transversal circular, espessura uniforme, superfícies internas e externas suficientemente lisas, não possuir trincas, fraturas, retoques ou pinturas, produzir som típico de tubo não trincado quando

percutidos com martelo leve, ter em caracteres legíveis gravados no concreto, o nome ou marca do fabricante, diâmetro nominal, a classe a que pertencem ou a resistência do tubo, a data de fabricação e um número para rastreamento de todas as suas características de fabricação.

Execução:

Após conferência quanto à declividade e profundidade da vala deverão ser assentados os tubos e posteriormente serem rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, garantido estanqueidade entre os tubos. Após rejuntamento deve-se aguardar o tempo de cura da argamassa e proceder ao preenchimento da vala com material previamente indicado.

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório. A resistência à compressão diametral obtida nos ensaios efetuados, deve ser superior aos valores mínimos especificados na NBR 8890, para a classe e diâmetro de tubo considerado.

Medição:

O serviço é medido em metro linear (m) de bueiro executado.

3.1.2.5 BSTC D = 40 cm sem enrocamento

Definição:

Execução de bueiro simples tubular com diâmetro de 40cm.

Está incluso neste item, mão de obra para assentamento e material com transporte até o local de execução.

Material:

Os tubos de concreto de seção circular para bueiros devem ser do tipo, classe e dimensões indicadas no projeto e devem atender exigências da NBR 8890. Os tubos devem satisfazer às seguintes condições gerais: possuir ponta e bolsa, eixo retilíneo perpendicular aos planos das duas extremidades, seção transversal circular, espessura uniforme, superfícies internas e externas suficientemente lisas, não possuir trincas, fraturas, retoques ou pinturas, produzir som típico de tubo não trincado quando percutidos com martelo leve, ter em caracteres legíveis gravados no concreto, o nome ou marca do fabricante, diâmetro nominal, a classe a que pertencem ou a resistência do tubo, a data de fabricação e um número para rastreamento de todas as suas características de fabricação.

Execução:

Após conferência quanto à declividade e profundidade da vala deverão ser assentados os tubos e posteriormente serem rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, garantido estanqueidade entre os tubos. Após rejuntamento deve-se aguardar o tempo de cura da argamassa e proceder ao preenchimento da vala com material previamente indicado.

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório. A resistência à compressão diametral obtida nos ensaios efetuados, deve ser superior aos valores mínimos especificados na NBR 8890, para a classe e diâmetro de tubo considerado.

Medição:

O serviço é medido em metro linear (m) de bueiro executado.

3.1.2.6 Caixa de Retenção

Definição:

São dispositivos construídos, normalmente, junto às extremidades de montante dos bueiros tubulares, de forma a permitir a captação e transferência dos deflúvios, conduzindo-os para as canalizações situadas em nível inferior ao da captação. Podem estar localizadas junto a bueiros de greide de talvegue.

Material:

Concreto:

a) O concreto, quando utilizado nos dispositivos, deve ser dosado, experimentalmente, para uma resistência característica f_{ck} min. igual a 15 MPa quando se tratar de concreto simples e 20 MPa quando se tratar de concreto armado.

b) O concreto deve ser preparado de acordo com o prescrito na NBR 12655,

Armadura e fôrmas: o aço, quando utilizado, e as fôrmas de madeira devem estar de acordo para cada caso as normas vigentes da ABNT.

Alvenaria de tijolos: as caixas coletoras, principalmente aquelas com pequenas dimensões, podem ser executadas com alvenaria de tijolos, devendo obedecer para cada caso as normas vigentes da ABNT.

Execução:

a) Escavação do poço destinado à instalação da caixa.

b) Regularização e compactação do fundo.

c) Lançamento e espalhamento do concreto magro, constituinte do fundo da caixa.

d) Execução das paredes em alvenaria de tijolos, assentados com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, após a cura do concreto do fundo. Nesta etapa ajustar a entrada do tubo, com rejuntas da mesma argamassa.

e) Preparo das fôrmas e instalação da armadura da cinta intermediária, quando prevista.

f) Umedecimento das fôrmas e lançamento do concreto da cinta.

g) Prosseguimento da execução da alvenaria, após a cura do concreto e retirada das formas da cinta intermediária.

h) Execução, nas paredes internas de chapisco com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, emboço e reboco.

i) Recomposição do terreno lateral às paredes, com colocação e compactação de material escolhido do excedente da escavação, com a remoção de pedras e fragmentos de estrutura que possam dificultar a compactação.

j) Sendo o material local de baixa resistência, deve ser feita a substituição por areia ou pó de pedra, fazendo-se o preenchimento dos vazios com adensamento com adequada umidade.

Durante a execução de caixas coletoras ou bocas para bueiros, devem ser preservadas as condições ambientais.

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no tráfego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em unidade (u n) de caixa executada.

3.2.2 MATERIAIS ASFÁLTICOS

3.2.2.1 Cap-50/70 – Com transporte

Cimento asfáltico de petróleo é o asfalto obtido especialmente para apresentar as qualidades e consistências próprias para o uso direto na construção de pavimentos.

Está incluso neste, a aquisição do material e transporte do mesmo até usina.

A características exigíveis para este material devem seguir a NORMA DNIT 095/2006.

3.2.2.2 Asfalto Diluído CM 30 – Com transporte

Asfalto diluído de cura média – material resultante da diluição de cimento asfáltico adequado proveniente do petróleo, com um destilado médio conveniente.

Está incluso neste, a aquisição do material e transporte do mesmo até usina.

A características exigíveis para este material devem seguir a DNER – EM 363/97.

3.2.2.3 Emulsão Asfáltica RR-1C / RR-1C-E / RR 2-C – Com transporte

Sistema constituído pela dispersão de uma fase asfáltica em uma fase aquosa, ou então de uma fase aquosa dispersa em uma fase asfáltica.

Está incluso neste, a aquisição do material e transporte do mesmo até usina.

A características exigíveis para este material devem seguir a NORMA DNIT 165/2013.

3.2.3 CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA

3.2.3.1 Concreto fck 11Mpa com brita comercial, com transporte e lançamento.

Definição:

Concreto Fck 11 Mpa com brita comercial.

Está incluso neste serviço, fornecimento de material, transporte, lançamento e mão de obra.

Materiais:

Cimento: a escolha do tipo de cimento deve ter presente a finalidade última da estrutura e considerar parâmetros como: a característica das unidades estruturais, tempos de aplicação, de desforma e resistência, condições ambientais;

Os cimentos devem atender, em cada caso, às suas regulamentações específicas:

NBR 5732: Cimento Portland Comum – CP;

NBR 5733: Cimento Portland de Alta Resistência Inicial – ARI;

NBR 5736: Cimento Portland Pozolânico – POZ;

NBR 5737: Cimento Resistente a Sulfatos – MRS/ARS;

NBR 5735: Cimento Portland de Alto-Forno – AF.

Agregados: Os agregados devem atender à NBR 7221(6);

Os agregados não devem conter teores minerais passíveis de proporcionar reações químicas alcali-agregado;

Água: A água destinada ao amassamento e cura do concreto deve ser isenta de teores prejudiciais de substâncias estranhas.

Aditivos: A utilização de aditivos deve ser analisada e aprovada pela fiscalização, sempre que inexistir determinação específica a respeito.

Execução:

A dosagem do concreto, traço, deve decorrer de experimentos; deve considerar todos os condicionantes que possam interferir na trabalhabilidade e resistência;

O tempo de mistura depende das características físicas do equipamento e deve oferecer um concreto com características de homogeneidade satisfatória.

O transporte do concreto recém preparado até o ponto de lançamento deve ser o menor possível e com cuidados dirigidos para evitar segregação ou perda de material;

O concreto deve ser lançado de um ponto o mais próximo possível da posição final, através de sucessivas camadas, com espessura não superior a 50 cm, e com cuidados especiais para garantir o preenchimento de todas as reentrâncias, cantos vivos, e prover adensamento antes do lançamento da camada seguinte;

O adensamento, que objetiva atingir a máxima densidade possível e a eliminação de vazios, deve ser executada por equipamentos vibratórios mecânicos;

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências estabelecidas nesta especificação. A estrutura de concreto deve ser aceita desde que as exigências das normas NBR 14931.

Medição:

O serviço é medido em metro cúbico (m³) de concreto acabado.

3.2.3.2 Concreto ciclópico fck 11Mpa com brita comercial - Confeção, lançamento, cura e transporte

Definição:

O concreto ciclópico refere-se à adição ao concreto convencional um volume de até 30% de pedra de mão, lavadas e saturadas, no local de aplicação do concreto.

Está incluso neste serviço, fornecimento de material, transporte, lançamento e mão de obra.

Materiais:

Cimento: a escolha do tipo de cimento deve ter presente a finalidade última da estrutura e considerar parâmetros como: a característica das unidades estruturais, tempos de aplicação, de desforma e resistência, condições ambientais;

Os cimentos devem atender, em cada caso, às suas regulamentações específicas:

NBR 5732(1): Cimento Portland Comum – CP;

NBR 5733(2): Cimento Portland de Alta Resistência Inicial – ARI;

NBR 5736(3): Cimento Portland Pozolânico – POZ;

NBR 5737(4): Cimento Resistente a Sulfatos – MRS/ARS;

NBR 5735(5): Cimento Portland de Alto-Forno – AF.

Agregados: Os agregados devem atender à NBR 7221(6);

Os agregados não devem conter teores minerais passíveis de proporcionar reações químicas alcali-agregado;

Água: A água destinada ao amassamento e cura do concreto deve ser isenta de teores prejudiciais de substâncias estranhas.

Aditivos: A utilização de aditivos deve ser analisada e aprovada pela fiscalização, sempre que inexistir determinação específica a respeito.

Execução:

A dosagem do concreto, traço, deve decorrer de experimentos; deve considerar todos os condicionantes que possam interferir na trabalhabilidade e resistência;

O tempo de mistura depende das características físicas do equipamento e deve oferecer um concreto com características de homogeneidade satisfatória.

O transporte do concreto recém preparado até o ponto de lançamento deve ser o menor possível e com cuidados dirigidos para evitar segregação ou perda de material;

O concreto deve ser lançado de um ponto o mais próximo possível da posição final, através de sucessivas camadas, com espessura não superior a 50 cm, e com cuidados especiais para garantir o preenchimento de todas as reentrâncias, cantos vivos, e prover adensamento antes do lançamento da camada seguinte;

O adensamento, que objetiva atingir a máxima densidade possível e a eliminação de vazios, deve ser executada por equipamentos vibratórios mecânicos;

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências estabelecidas nesta especificação. A estrutura de concreto deve ser aceita desde que as exigências das normas NBR 14931.

Medição:

O serviço é medido em metro cúbico (m³) de concreto acabado.

3.2.3.3 Recomposição de Guarda Corpo

Definição:

Recomposição das partes danificadas, de modo a restabelecer sua função de segurança e impedir a evolução do defeito.

Especificação:

O serviço deve ser executado de acordo com o projeto-tipo do guarda-corpo existente

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro linear de guarda corpo recomposto.

3.2.3.4 Recomposição de Defesa Metálica

Definição:

Limpeza, reparo ou substituição as defensas metálicas.

Especificação:

O serviço deve ser executado para que atenda o projeto-tipo de defesa do DNIT.

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro linear de defesa recomposta.

3.2.3.5 Recomposição de revestimento com CAUQ, incluso materiais e transporte

Definição:

Consiste em colocar uma capa de mistura asfáltica na superfície de rolamento para correção de defeitos do pavimento e recomposição da seção transversal, visando-se obter um rolamento seguro e confortável.

Está incluso neste serviço, demarcação com tinta dos locais a serem recompostos, limpeza da área, nova camada de CAUQ compactada, com transporte até no local de aplicação.

Materiais:

CAUQ:

Será utilizado o Cimento Asfáltico CAP 50/70 como material betuminoso. Só poderá ser descarregado após analisado e aprovado, após a realização dos ensaios de controle de qualidade de acordo com as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16 - Camadas de Mistura Asfálticas Usinadas a Quente

Execução:

A temperatura de aquecimento do cimento asfáltico, no momento da mistura deverá ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação da temperatura x viscosidade.

A temperatura conveniente será aquela na qual o cimento asfáltico apresentar valor para a viscosidade situado dentro da faixa de 85 a 150 segundos Saybolt-Furol, indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 105 ± 10 segundos Saybolt-Furol. Os agregados deverão ser aquecidos à temperatura de até 10°C acima da temperatura do cimento asfáltico e, a temperatura deste não deverá ser superior a 157°C . A mistura não poderá ter temperatura inferior a 110°C e superior a 167°C . A produção do concreto asfáltico e a frota de veículos de transporte devem assegurar a operação contínua da vibroacabadora.

Produção do Concreto Betuminoso:

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

A mistura final deverá ser homogênea, isenta de partículas recobertas ou segregadas. Durante a mistura, não deverão ser evidentes vazamentos de agregados ou ligantes pelo batente da comporta. Os bicos de injeção de asfalto deverão estar desobstruídos, com vazão equalizada entre si.

Transporte do Concreto Betuminoso:

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina mais próxima ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

Distribuição e Compressão da Mistura

O lançamento de concreto asfáltico só deverá ser consumado se a pista apresentar com imprimação devidamente aceita, se a pista estiver seca, limpa e a temperatura ambiente acima de 10°C .

distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas manualmente ou com maquinário adequado.

Em ficha apropriada, deverão ser anotados todos os dados relativos a descarga e lançamento do usinado.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

Após aplicação o concreto betuminoso deverá ser compactado com placa vibratória em casa de pequenas recomposições os com rolo de pneus no caso de grandes recomposições.

Sobre o revestimento recém-executado deverá ser vetado o tráfego de veículos, bem como parada de máquinas e equipamentos, por um período mínimo de 48 horas após a sua execução.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados de serviços através de topografia com aparelho de precisão, como por exemplo locação, nivelamento e outros.

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

A características exigíveis para este serviço devem seguir a DEINFRA-SC ES-P 05/16.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m3) de recomposição.

3.2.3.6 Reconstrução de pavimento com brita graduada, incluso matérias e transporte

Definição:

Consiste na execução de pavimento com base de pedra britada e revestimento de pré-misturado.

Está incluso neste serviço, demarcação dos locais recompostos, escarificação, limpeza da área, e nova camada de brita graduada compactada, com transporte até o local de aplicação.

Materiais:

Os agregados utilizados, obtidos a partir da britagem de rocha sã, devem ser constituídos por fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração e isentos de material vegetal e impurezas, não apresentando filito, argilito e arenito na composição da rocha e apresentando ainda as conforme a DEINFRA-SC ES-P 11/16 – Camadas de brita graduada

Execução:

O produto da mistura deverá sair da "Usina de Solos" perfeitamente homogeneizado, com teor de umidade ligeiramente acima do ótimo, de forma a fazer frente às perdas no decorrer das operações construtivas subsequentes. No transporte, deverão ser tomadas as precauções para que não haja perda ou adição excessiva de umidade.

Não se recomenda a estocagem do material usinado, pelos riscos de segregação inerentes a tal operação. A mistura usinada deverá ser espalhada com "distribuidor de agregados", capaz de distribuir a brita graduada em espessura uniforme, sem produzir segregação. Opcionalmente, mediante autorização da Fiscalização, a distribuição poderá ser procedida pela ação de motoniveladora, sendo que, neste caso, deverão ser estabelecidos critérios de trabalho que não causem a segregação do material e assegurem a qualidade do serviço.

Não se recomenda o espalhamento parcial ou por etapas, quanto à espessura e largura de camada individual. O espalhamento deverá ser feito de modo a se evitar conformação adicional da camada. Caso, no entanto, isto seja necessário, admite-se conformação pela atuação da motoniveladora, exclusivamente por ação de corte, previamente ao início da compactação.

Quando se desejar camadas de bases ou sub-bases superiores a 0,20 m, os serviços podem ser executados em mais de uma camada e estas deverão se situar no intervalo de 0,10 a 0,20 m.

O teor da umidade da mistura, por ocasião da compactação, deve estar compreendido no intervalo de - 2%, a + 1% em relação à umidade ótima. Preferencialmente, deve ser iniciada, no ramo seco, com umidade de, no máximo, 1% abaixo da umidade ótima.

Caso o teor de umidade se apresente fora dos limites estabelecidos, proceder-se-á ao umedecimento da camada, se demasiadamente seca, ou a escarificação e aeração se estiver excessivamente úmida. Nesse caso o material deverá ser conformado, pela ação da motoniveladora e, em seguida, liberado para compactação.

A compactação da camada será executada mediante o emprego de rolos vibratórios lisos, e de rolos pneumáticos de pressão regulável.

A compactação deve evoluir longitudinalmente, iniciando nos bordos mais baixos e progredindo no sentido do ponto mais alto da seção transversal, exigindo-se que, em cada passada do equipamento, seja recoberta, no mínimo, a metade da largura da faixa densificada pela passagem anterior.

Eventuais manobras do equipamento de compactação deverão se proceder fora da área de densificação. Em lugares inacessíveis ao equipamento convencional de compactação, ou onde seu emprego não for recomendável, a compactação requerida será obtida através de compactadores portáteis, manuais ou mecânicos.

A operação de acabamento se dará mediante o emprego de motoniveladora atuando exclusivamente em operação de corte. Complementarmente, a camada receberá um número adequado de coberturas através dos rolos compactadores.

Após a verificação e aceitação do segmento, deverá ser lançada a camada posterior. Quando prevista, deverá ser executada a imprimação do segmento, tão logo se constate a evaporação de umidade superficial.

Não se recomenda a abertura do segmento ao tráfego. No entanto, à critério da Fiscalização, e em caráter excepcional, o segmento poderá ser liberado pelo menor espaço de tempo possível, sem prejuízo à qualidade do serviço.

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no tráfego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

A características exigíveis para este serviço devem seguir a DEINFRA-SC ES-P 11/16.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m³) de recomposição.

3.2.3.7 Remendo profundo com CAUQ

Definição:

O serviço Remendo Profundo para Reconstituição do Subleito dos pavimentos betuminosos destina-se a reparar defeitos em pontos isolados e em áreas reduzidas do pavimento.

Está incluso neste serviço, demarcação com tinta dos locais a serem recompostos, limpeza da área, nova camada de brita graduada e de CAUQ com transporte.

Materiais:

Brita Graduada:

Os agregados utilizados, obtidos a partir da britagem de rocha sã, devem ser constituídos por fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias

ou de fácil desintegração e isentos de material vegetal e impurezas, não apresentando filito, argilito e arenito na composição da rocha e apresentando ainda as conforme a DEINFRA-SC ES-P 11/16 – Camadas de brita graduada

CAUQ:

Será utilizado o Cimento Asfáltico CAP 50/70 como material betuminoso. Só poderá ser descarregado após analisado e aprovado, após a realização dos ensaios de controle de qualidade de acordo com as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16 - Camadas de Mistura Asfálticas Usinadas a Quente

Execução:

Após a remoção do pavimento existente, inclusive camadas, será executado a limpeza do local, aplicada pintura de ligação conforme especificações do DEINFRA-SC-ES-P-04/15 - Pinturas Asfálticas , após será executada a nova camada de brita graduada, conforme especificações do DEINFRA-SC ES-P 11/16 – Camadas de brita graduada, e após será executada a camada de CAUQ conforme especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16 - Camadas de Mistura Asfálticas Usinadas a Quente.

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no tráfego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m³) de recomposição.

3.2.3.8 Remoção Mecanizada de Barreiras

Definição:

Consiste na remoção com equipamentos de material deslizado de talude de corte sobre a plataforma da rodovia, com objetivo de desobstruir a drenagem superficial e garantir segurança no tráfego.

Especificação:

Para o serviço utilizam-se tratores equipados com lâminas, escavadeiras hidráulicas e caminhões basculantes para transporte do solo.

O serviço pelas suas características, requer medidas especiais para a segurança dos trabalhadores e do tráfego.

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no tráfego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m³) de remoção.

3.2.3.9 Tapa-Buraco com CAUQ

Definição:

Reparar buraco ou depressão secundária no revestimento, de modo a evitar maiores danos ao pavimento e se obter uma superfície de rolamento segura e confortável.

Está incluso neste serviço, demarcação da a área com tinta, corte das arestas dos locais as serem recuperados com um excedente de 15cm para cada lado, limpeza e revestimento com CAUQ, com transporte até o local de aplicação.

Materiais:

Será utilizado o Cimento Asfáltico CAP 50/70 como material betuminoso. Só poderá ser descarregado após analisado e aprovado, após a realização dos ensaios de controle de qualidade de acordo com as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16 - Camadas de Mistura Asfálticas Usinadas a Quente

Execução:

Remover todo o material tornando o buraco perfeitamente retangular, deixando os bordos de escavação retos e verticais, varrer a área a ser escovada, aplicar um pintura de ligação, colocar o CAQ em camadas de no máximo 7cm, compactar camada por camada, concordar as superfícies, deixar a plataforma limpa de desimpedida.

O acabamento dever ser feito de tal modo que a superfície acabada venha a se harmonizar inteiramente com o pavimento existente e se torne indistinguível pouco depois de aberto ao trafego. Assim a superfície deve estar lisa, com declividade adequada, inclusive superelevação nas curvas.

Os serviço de pavimentação deverá seguir as especificações do DNIT 154/2010 – ES – Pavimentação Asfáltica – Recuperação de defeitos em pavimentos asfálticos – Especificação de serviço.

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m3) de tapa buraco executado.

3.2.3.10 Brita Graduada (na usina) para conservação rodoviária

Definição:

Brita de rocha sã para conservação rodoviária

Especificação:

Os agregados utilizados, obtidos a partir da britagem de rocha sã, devem ser constituídos por fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração e isentos de material vegetal e impurezas e apresentarem as especificações da DEINFRA-SC ES-P 11/16 – Camada de brita graduada

Aceitação e controle:

Será a aceito apenas matérias que atendam as especificações constantes no item anterior.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m3) de brita graduada.

3.2.3.11 Lastro de brita com brita comercial

Definição:

Camada de brita comercial

Está incluso neste serviço, mão de obra e materiais com transporte.

Os agregados utilizados, obtidos a partir da britagem de rocha sã, devem ser constituídos por fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração e isentos de material vegetal e impurezas e apresentarem as especificações da DEINFRA-SC ES-P 11/16 – Camada de brita graduada

Aceitação e controle:

Será a aceito apenas matérias que atendam as especificações constantes no item anterior.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m³) de camada de brita executada.

3.2.3.12 Recomposição Manual de Aterro

Definição:

Consiste em recuperar manualmente partes erodidas dos aterros, visando restabelecer, inclusive, os perfis dos taludes, para evitar acidentes e danos ao corpo estradal.

Está incluso neste item, serviço, fornecimento de material e transporte até o local de aplicação.

Material:

Os materiais deverão ser selecionados dentre os de 1^a e 2^a categorias e eventualmente os de 3^a categoria, atendendo a qualidade e a destinação previstas no projeto. Os materiais para os aterros provirão de cortes existentes ou de empréstimos devidamente selecionados. A substituição desses materiais selecionados por outros, quer seja por necessidade de serviço ou interesse do Empreiteiro, somente poderá ser processada após prévia autorização por escrito da Fiscalização. Os materiais para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas. Turfas e argilas orgânicas não devem ser empregadas. Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de materiais que tenham baixa capacidade de suporte (ISC < 2%) e expansão maior do que 4%, com energia do AASHTO T-99 (Proctor Normal). A camada final dos aterros, últimos 0,60m abaixo da plataforma de terraplenagem, deverá ser constituída de materiais selecionados na fase de projeto. Não será permitido o uso de materiais com expansão maior do que 2%.

Execução:

Fazer limpeza da área atingida, escavar degraus a superfície do talude erodido para perfeita aderência do material de reposição, homogeneizar o material e colocá-lo na umidade ótima, compactar o material em camadas não superiores a 20cm até a conformação total do talude.

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m³) de aterro recomposto.

3.2.3.13 Reconformação de plataforma

Definição:

Consiste em conformar superfície da plataforma, utilizando motoniveladora sem adição de material, afim de permitir boas condições de tráfego e drenagem.

Execução:

Iniciar o corte dos bordos para o centro, de modo a conduzir o material para o eixo da rodovia, retomar pelo lado contrário repetindo a prática descrita, espalhar o material enleirado no eixo, certificando-se que a inclinação transversal está sendo mantida, desobstruir as sarjetas e descidas d' água.

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no tráfego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m³) de plataforma recomposta.

3.2.3.14 Imprimação

Definição:

Tem por objetivo, aumentar a coesão da superfície da camada pela penetração do material asfáltico empregado, conferir um certo grau de impermeabilidade à camada, promover condições de aderência entre a base e a camada asfáltica a ser sobreposta. Para esta pintura asfáltica será usado asfalto diluído de petróleo tipo CM-30. Incluso transporte até o local de aplicação.

Especificação:

Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC-ES-P-04/15, no tocante a especificações de materiais, execução dos serviços, controle tecnológico, e outros.

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no tráfego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro quadrado (m²) de imprimação executada.

3.2.3.15 Pintura de Ligação

Definição:

Tem com o objetivo de promover a aderência de uma camada asfáltica com a subjacente, e, conferir um certo grau de impermeabilidade à camada. Incluso transporte até o local de aplicação.

Especificações:

Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC-ES-P-04/15, no tocante a especificações de materiais, execução dos serviços, controle tecnológico, controle geométrico e outros

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no tráfego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro quadrado (m²) de pintura de ligação executada.

3.2.3.16 Camada de concreto Asfáltico usinado a quente (CAUQ) CAP 50/70, incluso transporte

Definição:

Camada em concreto asfáltico usinado a quente – CAUQ (CAP 50/70), incluso transporte até no local de aplicação e compactação.

CAUQ:

Será utilizado o Cimento Asfáltico CAP 50/70 como material betuminoso. Só poderá ser descarregado após analisado e aprovado, após a realização dos ensaios de controle de qualidade de acordo com as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16 - Camadas de Mistura Asfálticas Usinadas a Quente

Execução:

A temperatura de aquecimento do cimento asfáltico, no momento da mistura deverá ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação da temperatura x viscosidade.

A temperatura conveniente será aquela na qual o cimento asfáltico apresentar valor para a viscosidade situado dentro da faixa de 85 a 150 segundos Saybolt-Furol, indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 105 ± 10 segundos Saybolt-Furol. Os agregados deverão ser aquecidos à temperatura de até 10° C acima da temperatura do cimento asfáltico e, a temperatura deste não deverá ser superior a 157° C. A mistura não poderá ter temperatura inferior a 110° C e superior a 167° C. A produção do concreto asfáltico e a frota de veículos de transporte devem assegurar a operação contínua da vibroacabadora.

Produção do Concreto Betuminoso:

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

A mistura final deverá ser homogênea, isenta de partículas recobertas ou segregadas. Durante a mistura, não deverão ser evidentes vazamentos de agregados ou ligantes pelo batente da comporta. Os bicos de injeção de asfalto deverão estar desobstruídos, com vazão equalizada entre si.

Transporte do Concreto Betuminoso:

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina mais próxima ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

Distribuição e Compressão da Mistura

O lançamento de concreto asfáltico só deverá ser consumado se a pista apresentar com imprimação devidamente aceita, se a pista estiver seca, limpa e a temperatura ambiente acima de 10°C.

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas manualmente ou com maquinário adequado.

Em ficha apropriada, deverão ser anotados todos os dados relativos a descarga e lançamento do usinado.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

Após aplicação o concreto betuminoso deverá ser compactado.

Sobre o revestimento recém-executado deverá ser vetado o tráfego de veículos, bem como parada de máquinas e equipamentos, por um período mínimo de 48 horas após a sua execução.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados de serviços através de topografia com aparelho de precisão, como por exemplo locação, nivelamento e outros.

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

A características exigíveis para este serviço devem seguir a DEINFRA-SC ES-P 05/16.

Medição:

O serviço é medido em toneladas (T) de camada de CAUQ executada.

3.2.3.17 Fresagem descontinua a frio, incluso transporte

Definição:

É o processo pela qual se corta parte das camadas superficiais de um pavimento existente, conferindo lhe um novo perfil.

Neste serviço está incluso o transporte do material proveniente da fresagem pra local selecionado.

Execução:

Execução deverá seguir a NORMA DNIT 159/2011-ES – Fresagem a frio

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro quadrado (m²) fresagem executada.

3.2.3.18 Remoção de Pavimento CBUQ

Definição:

É o conjunto de operações através das quais uma porção de um pavimento existente é removida, por processos manuais ou mecânicos.

Neste serviço está incluso a carga, transporte e descarga do material proveniente da fresagem pra local selecionado.

Execução:

Execução deverá seguir a NORMA DNIT 085/2006 – ES – demolição e remoção de pavimentos.

Aceitação e Controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro cubico (m³) de pavimento removido e transportado.

3.2.3.19 Reparos em Pontes de Madeira

Definição:

Substituição ou reforço das peças de madeira.

Este incluso neste serviço, mão de obra e fornecimento de material com transporte até o local de aplicação.

Material:

Para os reparos de pontes deverá ser utilizada madeiras, com características apropriadas para atender as cargas que, eventualmente, serão lançadas sobre as mesmas.

É necessário o preparo das peças de madeira antes de sua instalação a fim de prevenir o aparecimento de patologias ou deteriorações. Com isso, é de suma importância a aplicação de um tratamento químico a fim de proteger, viabilizando a vida útil da estrutura. As estruturas existentes em sua maioria, apresentam deteriorações decorrentes da impregnação de insetos nas peças, ocasionando perda de resistência da peça e apodrecimentos.

Execução:

É necessário verificar o estado em que a obra de arte se encontra, se atentando para a resistência mecânica de cada peça, verificando suas condições quanto à possibilidade de reutilização.

As peças que contem patologias, como trincas, fissuras, fendilhamentos, flambagem, deverão ser removidas imediatamente e substituídas por peças que apresentem condições e segurança para o uso.

É necessária observar a presença de frestas ou pontas soltas, a fim de que as mesmas não ocasionem riscos a pedestres e veículos. É necessário verificar quanto as questões de segurança, pois a mesma não deve ter a mesa estreita, e a mesa deverá comportar os veículos de forma ideal, proporcionando segurança no trajeto sobre a mesma.

Aceitação e controle:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam atendidas as exigências necessárias pra prover a segurança no trafego e o acabamento do serviço julgado como satisfatório.

Medição:

O serviço é medido em metro linear (m) de ponte reparada.

4. PREÇO MÁXIMO

4.1 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, mobilização e desmobilização ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho, responsabilidade civil e, em qualquer esfera, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

Quantidades, preço máximo unitário e preço máximo de cada LOTE conforme segue:

Referência do Orçamento:

DEINFRA 2013 atualizado 08/2019 e SICRO DNIT Janeiro 2019 Sem Desoneração e SINAPI
Julho/2019 Sem Desoneração

BDI:

37,78%

1 LOTE 04 - CONSERVAÇÃO ROTINEIRA REGIÃO IV				Σ R\$ 1.573.225,01				
1.1 DRENAGEM								
1.1.1	Enrocamento de pedra arrumada, com transporte	m3	210,00	R\$ 177,01	R\$ 37.172,10	65210	DEINFRA	
1.1.2	Meio Fio de Concreto simples pré fabricado (15x30x100cm), com transporte	m	70,00	R\$ 38,61	R\$ 2.702,70	56301	DEINFRA	
1.1.3	Escavação Mecânica de valas para obras de arte correntes em solo	m3	225,00	R\$ 21,85	R\$ 4.916,25	48050	DEINFRA	
1.1.4	BSTC D = 60 cm sem enrocamento	m	80,00	R\$ 212,97	R\$ 17.037,60	95300	DEINFRA	
1.1.5	BSTC D = 40 cm sem enrocamento	m	80,00	R\$ 76,45	R\$ 6.116,00	95290	DEINFRA	
1.1.6	Caixas de retenção	u n	8,00	R\$ 893,40	R\$ 7.147,20	95390	DEINFRA	
1.2 MATERIAIS ASFALTICOS								
1.2.1	CAP-50/70	T	70,00	R\$ 4.657,94	R\$ 326.055,80	53490	DEINFRA	
1.2.2	Transporte de CAP-50/70	T	70,00	R\$ 273,43	R\$ 19.140,10	53491	DEINFRA	
1.2.3	Asfalto Diluido CM 30	T	3,00	R\$ 7.397,72	R\$ 22.193,16	53510	DEINFRA	
1.2.4	Transporte de asfalto diluido CM 30	T	3,00	R\$ 273,43	R\$ 820,29	53511	DEINFRA	
1.2.5	Emulsão asfáltica RR-1C	T	7,00	R\$ 3.212,13	R\$ 22.484,91	53550	DEINFRA	
1.2.6	Transporte de emulsão asfáltica RR-1C	T	7,00	R\$ 273,43	R\$ 1.914,01	53551	DEINFRA	
1.2.7	Emulsão asfáltica RR-1C-E	T	8,00	R\$ 5.737,93	R\$ 45.903,44	53552	DEINFRA	
1.2.8	Transporte de emulsão asfáltica RR-1C-E	T	8,00	R\$ 273,43	R\$ 2.187,44	53553	DEINFRA	
1.2.9	Emulsão Asfáltica RR-2C	T	3,00	R\$ 3.518,16	R\$ 10.554,48	53560	DEINFRA	
1.2.10	Transporte de emulsão Asfáltica RR-2C	T	3,00	R\$ 273,43	R\$ 820,29	53561	DEINFRA	
1.3 CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA								
1.3.1	Concreto fck 11Mpa com brita comercial, com transporte e lançamento	m3	10,00	R\$ 608,14	R\$ 6.081,40	45235	DEINFRA	
1.3.2	Concreto ciclópico fck 11Mpa com brita comercial - Confeção, lançamento, cura e transporte	m3	16,00	R\$ 584,21	R\$ 9.347,31	45275	DEINFRA	
1.3.3	Recomposição de guarda corpo	m	70,00	R\$ 252,29	R\$ 17.660,30	49120	DEINFRA	
1.3.4	Recomposição de defesa metálica	m	280,00	R\$ 351,07	R\$ 98.299,60	49123	DEINFRA	
1.3.5	Recomposição de revestimento com CAUQ, incluso materiais e transporte	m3	160,00	R\$ 347,00	R\$ 55.520,00	49141	DEINFRA	
1.3.6	Reconstrução de pavimento com brita graduada, incluso materiais e transporte	m3	42,00	R\$ 282,34	R\$ 11.858,28	49162	DEINFRA	
1.3.7	Remendo profundo com CAUQ, incluso materiais e transporte	m3	70,00	R\$ 728,10	R\$ 50.967,00	49173	DEINFRA	
1.3.8	Remoção mecanizada de barreiras, com transporte	m3	5600,00	R\$ 19,79	R\$ 110.824,00	49180	DEINFRA	
1.3.9	Tapa-Buraco com CAUQ com transporte	m3	500,00	R\$ 944,49	R\$ 472.245,00	49221	DEINFRA	
1.3.10	Brita Graduada (na usina) para conservação rodoviária	T	84,00	R\$ 47,22	R\$ 3.966,48	49303	DEINFRA	
1.3.11	Lastro de brita com brita comercial, incluso transporte	m3	30,00	R\$ 247,93	R\$ 7.437,90	45320	DEINFRA	
1.3.12	Recomposição manual de aterro	m3	50,00	R\$ 250,71	R\$ 12.535,50	49154	DEINFRA	
1.3.13	Reconformação de plataforma	m3	5600,00	R\$ 0,56	R\$ 3.136,00	95010	DEINFRA	
1.3.14	Imprimação, incluso transporte	m2	1200,00	R\$ 0,47	R\$ 564,00	53300	DEINFRA	
1.3.15	Pintura de Ligação, incluso transporte	m2	6300,00	R\$ 0,36	R\$ 2.268,00	53310	DEINFRA	
1.3.16	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a quente CAP 50/70, incluso transporte	T	222,00	R\$ 176,08	R\$ 39.089,76	53380	DEINFRA	
1.3.17	Fresagem descontinua a frio, incluso transporte	m2	7000,00	R\$ 9,04	R\$ 63.280,00	53410	DEINFRA	
1.3.18	Remoção de pavimento CBUQ, incluso transporte	m3	1051,00	R\$ 29,26	R\$ 30.752,26	82200	DEINFRA	
1.3.19	Reparos em pontes de madeira	m	140,00	R\$ 358,76	R\$ 50.226,40	49185	DEINFRA	

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado pelo Consórcio CIM AMAVI, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, que deverá ser enviada para o email cim@amavi.org.br e mediante emissão de Termo de Recebimento definitivo do objeto, cujo pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados, diretamente ao fornecedor.

Será pago a fornecedora somente o valor do serviço efetivamente entregue de acordo com o objeto do Edital após aprovação/aceite pelo CIM-AMAVI e pela Secretaria de Estado de Infraestrutura Urbana e Mobilidade – SIE – SC.

Nenhum pagamento será efetuado à fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

6. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será realizada por profissional indicado pelo CIM-AMAVI e da SIE SC em colaboração com o município onde será realizado o serviço.

Após a entrega do Relatório de Entrega do Serviço, o fiscal do CIM-AMAVI e da SIE-SC realizará vistoria *in loco*, a fim de certificar a consonância do serviço prestado com o previsto neste instrumento e na Ordem de Serviço.

A qualquer momento a fiscalização poderá solicitar ensaios que comprovem a qualidade dos materiais, serviços e as especificações constantes no termo de referência (Anexo I).

7. EQUIPAMENTOS MÍNIMOS

Para a execução dos serviços previstos no objeto deste Edital as proponentes deverão possuir no mínimo os seguintes equipamentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	POTÊNCIA MÍNIMA	QUANTIDADES
1	Caminhão carroceria	10 t - 139 kW	1
2	Caminhão Basculante	15 t - 204 kW	2
3	Motoniveladora	118 kW	1
4	Carregadeira de pneus	1,6 m ³ - 95 kW	1
5	Retroescavadeira	76 kW	1
6	Trator com lâmina	127 kW	1
7	Equipamento espargidor de asfalto	6000 l	1
8	Compactador vibratório de asfalto	21 t - 75 kW	1
9	Escavadeira Hidráulica	0,9 m ³ - 94 kW	1
10	Compactador manual de placa vibratória	4 kW	1
11	Betoneira 400 litros a diesel	4,5 kW	1

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social do Proponente:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Fone/Fax:

Contato:

e-mail:

1. OBJETO:

FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSERVAÇÃO ROTINEIRA DE RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS DA REGIÃO IV, CONFORME CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.

2. VALOR OFERTADO:

1 LOTE 04 - CONSERVAÇÃO ROTINEIRA REGIÃO IV				Σ
1.1 DRENAGEM				Σ
1.1.1	Enrocamento de pedra arrumada, com transporte	m3	210,00	
1.1.2	Meio Fio de Concreto simples pré fabricado (15x30x100cm), com transporte	m	70,00	
1.1.3	Escavação Mecânica de valas para obras de arte correntes em solo	m3	225,00	
1.1.4	BSTC D = 60 cm sem enrocamento	m	80,00	
1.1.5	BSTC D = 40 cm sem enrocamento	m	80,00	
1.1.6	Caixas de retenção	un	8,00	
1.2 MATERIAIS ASFALTICOS				Σ
1.2.1	CAP-50/70	T	70,00	
1.2.2	Transporte de CAP-50/70	T	70,00	
1.2.3	Asfalto Diluido CM 30	T	3,00	
1.2.4	Transporte de asfalto diluido CM 30	T	3,00	
1.2.5	Emulsão asfáltica RR-1C	T	7,00	
1.2.6	Transporte de emulsão asfáltica RR-1C	T	7,00	
1.2.7	Emulsão asfáltica RR-1C-E	T	8,00	
1.2.8	Transporte de emulsão asfáltica RR-1C-E	T	8,00	
1.2.9	Emulsão Asfáltica RR-2C	T	3,00	
1.2.10	Transporte de emulsão Asfáltica RR-2C	T	3,00	
1.3 CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA				Σ
1.3.1	Concreto fck 11Mpa com brita comercial, com transporte e lançamento	m3	10,00	
1.3.2	Concreto ciclópico fck 11Mpa com brita comercial - Confeccção, lançamento , cura e transporte	m3	16,00	
1.3.3	Recomposição de guarda corpo	m	70,00	
1.3.4	Recomposição de defesa metálica	m	280,00	
1.3.5	Recomposição de revestimento com CAUQ, incluso materiais e transporte	m3	160,00	
1.3.6	Reconstrução de pavimento com brita graduada, incluso materiais e transporte	m3	42,00	
1.3.7	Remendo profundo com CAUQ, incluso materiais e transporte	m3	70,00	
1.3.8	Remoção mecanizada de barreiras, com transporte	m3	5600,00	
1.3.9	Tapa-Buraco com CAUQ com transporte	m3	500,00	
1.3.10	Brita Graduada (na usina) para conservação rodoviária	T	84,00	
1.3.11	Lastro de brita com brita comercial, incluso transporte	m3	30,00	
1.3.12	Recomposição manual de aterro	m3	50,00	
1.3.13	Reconformação de plataforma	m3	5600,00	
1.3.14	Imprimação, incluso transporte	m2	1200,00	
1.3.15	Pintura de Ligação, incluso transporte	m2	6300,00	
1.3.16	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a quente CAP 50/70 , incluso transporte	T	222,00	
1.3.17	Fresagem descontinua a frio, incluso transporte	m2	7000,00	
1.3.18	Remoção de pavimento CBUQ, incluso transporte	m3	1051,00	
1.3.19	Reparos em pontes de madeira	m	140,00	

VALOR TOTAL ESTIMADO POR EXTENSO LOTE 04:

Validade da Proposta: ____ dias.

Declara que CONSIDEROU, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: o valor do fornecimento, considerando os tributos (impostos, taxas, contribuições); os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes; o valor de frete para entrega; os valores referidos no Edital e Termo de Referência e outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

Declara que executará o objeto deste Pregão nos prazos estabelecidos no Edital e nas Autorizações de Fornecimento.



Local, ____ de _____ de _____

Nome representante completo
CPF:
Cargo
Carimbo com CNPJ da Empresa

ANEXO III

MODELO DE COMPROVAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS PERTINENTES À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins da Licitação referente ao Pregão Eletrônico 03/2020 – Edital nº 04/2020, que a empresa _____, tomou conhecimento de todas as normas, especificações e informações necessárias e obrigatórias para a perfeita consecução do objeto do Edital supra.

Local, ____ de _____ de 2020.

Nome representante completo
CPF:
Cargo
Carimbo com CNPJ da Empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS

Declaro, para os devidos fins e efeitos, e sob as penas da lei, que os equipamentos mínimos que constam deste ANEXO VI, estarão disponíveis para os serviços objeto do Edital de Licitação nº 04/2020. E, por ser verdade, firmo a presente.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	POTÊNCIA MÍNIMA	QUANTIDADES
1	Caminhão carroceria	10 t - 139 kW	1
2	Caminhão Basculante	15 t - 204 kW	2
3	Motoniveladora	118 kW	1
4	Carregadeira de pneus	1,6 m ³ - 95 kW	1
5	Retroescavadeira	76 kW	1
6	Trator com lâmina	127 kW	1
7	Equipamento espargidor de asfalto	6000 l	1
8	Compactador vibratório de asfalto	21 t - 75 kW	1
9	Escavadeira Hidráulica	0,9 m ³ - 94 kW	1
10	Compactador manual de placa vibratória	4 kW	1
11	Betoneira 400 litros a diesel	4,5 kW	1

Local, ____ de _____ de _____

Nome representante completo
CPF:
Cargo
Carimbo com CNPJ da Empresa

ANEXO V DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Empresa:
Endereço:
CNPJ:

Declaramos, para os devidos fins, que conhecemos a legislação ambiental, notadamente as relacionadas às atividades objeto deste Edital (Lei Federal nº 6.938/81, Decreto Federal nº 99.274/90, Lei Federal nº 6.902/81, Lei Estadual nº 14.250/81, Lei Estadual nº 5.793/80, Resolução CONAMA 001/86, Resolução CONAMA 237/97, Código Florestal, Decreto Federal nº 99.547/90, Decreto Federal nº 750/93, Lei Estadual nº 9.428/94, Código das Águas, Decreto Federal nº 24.643/34, e outras), as Normas, Diretrizes e Manuais do DEINFRA (Manual de Procedimentos Ambientais do DEINFRA, Instrução de Serviço IS-05 e Diretrizes Ambientais Gerais do DEINFRA, bem como, das Diretrizes e Normas do DNIT, quando aplicáveis), e que:

- a) ratificamos que tomamos ciência da Lei Federal nº 9.605/98 – Lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente – Lei de Crimes Ambientais, onde, em seu Artigo 2º, menciona que “o preposto, dentre outros, de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la, sobre esse incidirá as penas cabíveis”;
- b) tomamos total conhecimento das obrigações constantes do objeto da Licitação, sabendo das restrições ambientais relacionadas à preservação do meio ambiente e à minimização dos impactos ambientais advindos das obras/serviços previstos neste Edital, cujas ações serão criteriosamente implementadas, incluindo o monitoramento ambiental quando necessário;
- c) responsabilizamo-nos pela contratação de pessoal qualificado para o atendimento às questões ambientais, bem como pela elaboração dos relatórios e documentações relativas aos licenciamentos ambientais, sem custos adicionais ao CIM AMAVI;
- d) responsabilizamo-nos pelo efetivo atendimento às Licenças Ambientais da rodovia, assumindo as condições de validade das mesmas, sem custos adicionais ao CIM AMAVI;
- e) responsabilizamo-nos pela obtenção de materiais de construção de fontes devidamente licenciadas pelos órgãos competentes;
- f) assumimos toda a responsabilidade pela execução das obras/serviços provisórios e permanentes de proteção ambiental, constantes do plano de trabalho e autorizadas pela Fiscalização do SIE e CIM AMAVI;
- g) assumimos toda execução e custos inerentes à conservação, manutenção e o monitoramento ambiental das instalações e canteiro de obras, quando existentes;
- h) assumimos a responsabilidade pela execução e ônus da limpeza de entulhos, focos de proliferação endêmicas, higiene e pela qualidade socioambiental da obra/serviços;
- i) assumimos, sem repasse para o CIM AMAVI, toda a responsabilidade por danos e ônus, inclusive os pagamentos das multas que venham a ser associadas às obras/serviços ora licitados, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos legais ou normativos previstos;
- j) assumimos o compromisso em permitir a fiscalização ambiental, conforme previsto no Parágrafo 3º do artigo 21 do Decreto Federal nº 99.274/90;
- k) assumimos o compromisso de fazer e anexar Registros dos Dispositivos e ações de proteção ambiental com a respectiva documentação fotográfica à Medição Final, após o aceite da Fiscalização do CIM AMAVI e SIE, sendo condição para liberação do pagamento;

Declaramos que é de nossa inteira responsabilidade a segurança dos usuários da malha viária e dos trabalhadores durante a execução dos serviços, bem como dos danos que referidos serviços possam

acarretar;

Declaramos que arcaremos com quaisquer ônus de natureza cível, criminal, fiscal, trabalhista, previdenciária ou social decorrentes dos serviços a serem prestados;

Declaramos que responderemos pelos danos ambientais a que dermos causa;

Declaramos que responderemos por danos causados a terceiros (usuários da malha viária) quando estes decorrerem de ausência de serviço ou de serviço prestado de forma inadequada e/ou incompleta ao previsto em Ordem de Serviço, a partir do recebimento desta;

Declaramos, por fim, que estamos cientes e de acordo com a responsabilidade que assumimos com a prestação de serviços objeto do presente certame, em qualquer de suas esferas, nos termos disciplinados no edital e ainda nas demais normas aplicáveis, mesmo que não citadas no referido instrumento.

Local, ____ de _____ de _____

Nome representante completo
CPF:
Cargo
Carimbo com CNPJ da Empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2020, que a empresa _____, CNPJ: _____, com sede _____, não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com a Administração Pública, não se aplicando a mesma nenhum dos impedimentos prescritos no item 5 do Edital em epígrafe.

Declaro ainda que será comunicado qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação.

Local, ____ de _____ de _____

Nome representante completo
CPF:
Cargo
Carimbo com CNPJ da Empresa

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N° _____,
estabelecida à _____ (endereço completo), declara, sob as penas da
Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de
aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição
Federal de 1988 (Lei No. 9.854/99).

Local, ___ de _____ de _____

Nome representante completo
CPF:
Cargo
Carimbo com CNPJ da Empresa

ANEXO VIII

FORMULÁRIO DE DADOS PARA PREENCHIMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Razão Social _____
Endereço _____
Cidade _____ CEP _____ Estado _____
Telefone () _____
Pessoa para contato: _____
Email: _____
Nome completo da pessoa que assinará o contrato _____
Cargo que ocupa _____
RG _____ CPF _____
Banco _____ Agência _____ Conta Corrente: _____

Deseja receber o contrato através de () Email () Correio

Obs. Em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Local, ___ de _____ de _____

Solicitamos a gentileza do preenchimento deste formulário, e a entrega do mesmo juntamente com o envelope nº 1 – HABILITAÇÃO, para que, caso esta empresa seja vencedora, facilite a elaboração e envio do Contrato. A não apresentação deste formulário, não implicará na inabilitação do proponente.

Nome representante completo
CPF:
Cargo
Carimbo com CNPJ da Empresa

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.

ANEXO IX

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

O **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI**, representado por seu Presidente, nos termos das Leis 8.666/93, 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 03/2020, **RESOLVE** registrar o preço ofertado pela **EMPRESA FORNECEDORA**(qualificação)....., representada por, nos seguintes lote e preço:

.....
.....

2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 2.1. A execução será parcelada e deverá ocorrer nas quantidades e itens indicados em Ordem de Serviço a ser emitida individualmente, devendo a execução ocorrer nos municípios constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
- 2.2. O prazo para início dos serviços será de 03 (três) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.
- 2.3. O prazo de execução do objeto será estabelecido na Ordem de Serviço, cujo prazo máximo de execução poderá ser estabelecido entre 24 (vinte e quatro) horas a 10 (dez) dias corridos, de acordo com o serviço a ser autorizado.
- 2.4. O CIM-AMAVI poderá emitir tantas Ordens de Serviço quanto forem necessárias ao atendimento das suas demandas, não havendo periodicidade mínima ou máxima para emissão.
- 2.5. Caso o objeto não seja executado conforme as especificações do Termo de Referência, o Consórcio solicitará a sua devida regularização, que deverá ser atendida no prazo máximo de 03 (três) dias corridos.
- 2.6. Se a reparação na execução do objeto não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções cabíveis.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA E DO CONTRATANTE:

3.1 Caberá ao CIM-AMAVI:

- 3.1.1. Emitir as ordens de serviço;
- 3.1.2. Fiscalizar a execução do objeto.

3.2. Caberá ao Município Consorciado:

- 3.2.1. Colaborar com a fiscalização.

3.3. Caberá à empresa fornecedora:

- 3.3.1. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.3.2. Garantir o cumprimento das condições de execução do objeto previstas no edital, bem como as condições previstas no Termo de Referência (Anexo I) e normas aplicáveis;
- 3.3.3. Proceder à execução do objeto no prazo a ser estabelecido na Ordem de Serviço, cujo prazo máximo de execução poderá ser estabelecido entre 24 (vinte e quatro) horas a 10 (dez) dias corridos,

de acordo com o serviço a ser autorizado.

3.3.4. Respeitar a legislação correspondente à execução do objeto;

3.3.5. São de total responsabilidade da empresa fornecedora a obtenção de todas as licenças necessárias à execução dos serviços, o atendimento às Normas e Procedimentos Ambientais vigentes, e a concepção, a implantação, a operação e o remanejamento, de acordo com a evolução das frentes de serviço, de todo o sistema de sinalização provisória dos serviços, de forma a conferir segurança ao tráfego e ao pessoal em serviço, bem como minimizar os transtornos aos usuários.

3.3.6. A segurança dos usuários e dos trabalhadores durante a execução dos serviços é de total responsabilidade da empresa fornecedora, devendo esta sinalizar a via antes do início da execução de qualquer um dos serviços, que também responderá por acidentes posteriores que venham a ocorrer na via em virtude de serviços com defeitos de execução ou em desconformidade com as especificações.

3.3.7. A aprovação dos serviços baseada no controle tecnológico executado por qualquer das partes e confirmada pela contratante, não exime a empresa fornecedora da responsabilidade final pela qualidade, tanto dos materiais como da execução dos serviços.

3.3.8. Todos os danos ou prejuízos que porventura ocorram em propriedades lindeiras, durante a execução dos serviços são de responsabilidade exclusiva da empresa fornecedora.

3.3.9. Durante todo o período de execução dos serviços e até o recebimento definitivo, os materiais e os serviços executados deverão ser protegidos contra a ação destrutiva das intempéries, do tráfego e de agentes que possam danificá-los, não cabendo qualquer remuneração adicional à empresa fornecedora por estas tarefas.

3.3.10. A empresa fornecedora deverá cercar-se de todas as precauções necessárias para que os materiais transportados não venham a causar danos aos usuários das vias afetadas pela obra, ou às próprias vias. Eventuais danos causados a terceiros são de inteira responsabilidade da empresa fornecedora, a quem caberá todo e qualquer ônus.

3.3.11. A efetiva entrega dos serviços sempre se dará mediante apresentação de Boletim de Medição – sujeito à Fiscalização do CIM-AMAVI, da SIE SC/Projeto RECUPERAR, nas formas legais para emissão do Termo de Recebimento (provisório ou) Definitivo, conforme cada caso.

3.3.12. Deverá ser respeitado o CTB no seu art. 88: “Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação”.

3.3.13. Sempre que considerar conveniente, a Fiscalização poderá solicitar ensaios para verificação e controle de qualidade dos materiais utilizados;

3.3.14. A execução de todos os serviços citados neste edital devem estar em conformidade com as legislações vigentes estaduais e federais, com os Manuais e Especificações de Serviço do DNIT e DEINFRA, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, mesmo que não estejam citadas neste edital, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

3.3.15. A empresa fornecedora deverá ter pleno conhecimento dos serviços de engenharia a serem executados. Em qualquer circunstância, a empresa fornecedora deverá assumir a responsabilidade técnica relativa a estes serviços.

3.3.16. A empresa fornecedora tem responsabilidade técnica integral pelos serviços executados.

3.3.17. A empresa fornecedora deverá executar apenas os serviços constantes na Ordem de Serviço emitida pelo CIM AMAVI. Caso seja necessário executar algum serviço que não conste na Ordem de Serviço a empresa deverá comunicar a fiscalização, para que seja emitida uma nova Ordem de Serviço. Só serão aceitos serviços que constem de Ordem de Serviço.

3.3.18. Não é permitida a permanência de entulho nas adjacências do corpo estradal e em situações que

prejudiquem a operação e o sistema de drenagem.

3.3.19. A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços e materiais é exclusividade da empresa fornecedora, reservando-se o direito ao Contratante, de quando julgar necessário, fazer suas verificações. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos;

3.3.20. A empresa fornecedora obriga-se a colocar à disposição os equipamentos e pessoal necessários para execução dos serviços, os quais poderão ser reforçados ou substituídos, conforme determinação da Fiscalização;

3.3.21. A empresa fornecedora deve garantir, durante a execução dos serviços, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço, em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas com placas, respondendo por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao CIM AMAVI ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo;

3.3.22. As obras deverão ser garantidas pela empresa fornecedora pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, em atendimento ao art. 618 do Código Civil Brasileiro;

3.3.23. A empresa fornecedora deverá realizar com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as normas e especificações, realizando verificação in loco e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, a submeter-se;

3.3.24. A empresa fornecedora deverá supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;

3.3.25. Deverá comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou a conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização;

3.3.26. Providenciar junto ao CREA ou CAU a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) relativa aos serviços a serem executados objeto da presente Licitação, de acordo com a legislação vigente;

3.3.27. Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante;

3.3.28. Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPI's) necessários, observando e cumprindo as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho.

3.3.29. Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do Contrato, de acordo com o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 29, inciso V, do mesmo preceito legal;

3.3.30. A inadimplência da empresa fornecedora, com referência aos encargos decorrentes da Ata de Registro de Preços, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem poderá onerar o objeto, razão pela qual a empresa fornecedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com o Contratante;

3.3.31. No caso de falhas, erros, discrepâncias, omissões ou transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à empresa fornecedora formular imediata comunicação escrita ao Contratante, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;

3.3.32. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta Licitação, sem prévia autorização do Contratante;

3.3.33. Implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, o qual será submetido à vistoria da fiscalização do Contratante e onde serão lançados diariamente todos os atos e fatos incidentes;

3.3.34. Efetuar reunião, com a participação do Responsável Técnico da empresa fornecedora e o Fiscal do contratante, onde deverão ser entregues os Diários de Obra e Boletins de Medição, os quais serão analisados para determinação de eventuais alterações, correções e regularizações dos serviços executados e/ou que serão executados;

3.3.35. Arcar com quaisquer ônus de natureza cível, criminal, fiscal, trabalhista, previdenciária ou social decorrentes da execução dos serviços objeto do edital;

3.3.36. Responder pelos danos ambientais a que der causa;

3.3.37. Responder por danos causados a terceiros (usuários da malha viária) quando estes decorrerem de ausência de serviço ou de serviço prestado de forma inadequada e/ou incompleta ao previsto em Ordem de Serviço, a partir do recebimento desta.

3.3.38. Assumir inteira responsabilidade na prestação de serviços objeto do presente certame, em qualquer de suas esferas, nos termos disciplinados no edital e ainda nas demais normas aplicáveis, mesmo que não citadas neste instrumento.

3.3.39. A empresa fornecedora deverá alocar durante todo o período dos serviços ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica (ART) ou registro de responsabilidade técnica (RRT), devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que tenha executado obras/serviços de pavimentação asfáltica em características semelhantes às do objeto do Edital, de acordo com as especificações técnicas dos serviços contidos no Termo de Referência;

3.3.39.1. Em caso de substituição do profissional indicado no momento da habilitação técnica, a empresa fornecedora deverá apresentar os documentos referentes ao novo profissional.

4. DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Serão permitidas subcontratações dos seguintes itens:

- a) Todos os relacionados a drenagem;
- b) Recomposição de defesa metálica;
- c) Recomposição de guarda corpo;
- d) Frenagem descontínua a frio;
- e) Reparos em pontes de madeira;

4.1.1 A fornecedora não poderá subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante;

4.1.2 A fornecedora deverá supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;

4. DO PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio CIM AMAVI, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, que deverá ser enviada para o email cim@amavi.org.br e mediante emissão de Termo de Recebimento definitivo do objeto, cujo pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados, diretamente ao fornecedor.

4.1.1. Será pago a empresa fornecedora somente o valor do serviço efetivamente entregue de acordo com o objeto do Edital após aprovação/aceite pelo CIM-AMAVI e pela Secretaria de Estado de Infraestrutura Urbana e Mobilidade – SIE – SC.

4.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

5.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIM-AMAVI e Municípios Consorciados e será descredenciado de sistema de cadastramento de fornecedores que o CIM-AMAVI ou os Municípios Consorciados possuírem, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

5.2. Se a empresa fornecedora, sem justa causa, não cumprir com as obrigações estabelecidas neste instrumento ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades:

5.2.1. Advertência;

5.2.2. Multa de:

5.2.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega do material requerido, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, sendo que o atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo de entrega ajustado;

5.2.2.2. 10% (dez por cento) do valor da obrigação no caso de negativa de cumprimento das obrigações assumidas e/ou quando ocorrer entrega do material com especificação diversa daquela fornecida;

5.2.3. Suspensão do direito de licitar junto ao CIM-AMAVI e aos Municípios Consorciados, pelo prazo a ser fixado segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

5.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de suspensão.

5.3. A aplicação das sanções administrativas previstas não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao Município ou CIM-AMAVI, ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, a terceiros, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

6. DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo bem registrados, cabendo ao CIM-AMAVI promover as negociações junto à empresa fornecedora, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o CIM-AMAVI convocará a empresa fornecedora para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Se a empresa fornecedora não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o CIM-AMAVI poderá proceder à revogação do respectivo registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, podendo inclusive realizar nova licitação.

6.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do

preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

6.4.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço, notas fiscais de aquisição, de transporte, entre outros, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

6.4.2. Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, o CIM-AMAVI formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, antes, porém, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original da licitação, tendo por base a ata do certame, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa, desde que atendidas as exigências de habilitação.

6.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá proceder à revogação do respectivo registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, podendo inclusive realizar nova licitação.

6.5. O registro da empresa fornecedora será cancelado quando:

6.5.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.5.2. Não retirar a Ordem de Compra ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

6.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.5.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

6.5.5. Tiver presentes razões de interesse público.

6.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.6.1. Por razão de interesse público;

6.6.2. A pedido da empresa fornecedora.

7. DA VIGÊNCIA

7.1. Declara a empresa fornecedora que o preço registrado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Rio do Sul (SC), ... de ... de 2020.

CIM-AMAVI

EMPRESA FORNECEDORA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: